

20 25



Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Preparadas de Acordo com as IFRS® Accounting Standards.

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras financeiras consolidadas	1
Balanço Patrimonial Consolidado	8
Demonstração Consolidada do Resultado	10
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	11
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	15
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações	16
2. Políticas contábeis materiais e critérios de apuração	18
3. Base para consolidação	34
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	38
5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	38
6. Instrumentos de dívida	39
7. Instrumentos de patrimônio	40
8. Instrumentos financeiros derivativos	41
9. Empréstimos e adiantamento a Clientes	51
10. Ativos não correntes mantidos para venda	57
11. Participações em coligadas e controle em conjunto	57
12. Ativo imobilizado	62
13. Ativo intangível - Ágio	63
14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis	65
15. Outros ativos	65
16. Depósitos de instituições de crédito	66
17. Depósitos de clientes	66
18. Obrigações por títulos e valores mobiliários	66
19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	68
20. Outros passivos financeiros	68
21. Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares	69
22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	73
23. Ativos e passivos fiscais	78
24. Outras obrigações	80
25. Outros Resultados Abrangentes	81
26. Participações de não-controladoras	82
27. Patrimônio líquido	84
28. Lucro por Ação	86
29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	87
30. Índices operacionais	90
31. Receitas com juros e similares	91
32. Despesas com juros e similares	92
33. Receitas de instrumentos de patrimônio	92
34. Receitas de tarifas e comissões	93
35. Despesas de tarifas e comissões	93
36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	94
37. Variações cambiais (líquidas)	94
38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)	94
39. Despesas com pessoal	94
40. Outras Despesas Administrativas	99
41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	99
42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	100
43. Outras divulgações	100
44. Segmentos operacionais	103
45. Transações com partes relacionadas	105
46. Gestão do risco	108
47. Eventos Subsequentes	127
ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO	128
ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	130
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2025	131
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	133
Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes	134
Relatório do Comitê de Auditoria	135

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®”) e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Serão divulgadas no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

- ❖ O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ Resiliência da economia global em meio a incertezas

A economia global continuou mostrando resistência apesar de choques (como tarifas, tensões geopolíticas e incertezas comerciais). Os dados indicaram crescimento global ainda positivo próximo das projeções (cerca de entre 2,8 – 3% em 2025) e atividade sólida nas principais economias (EUA, China, área do euro), com mercados de trabalho aquecidos, embora com sinais de desaceleração e riscos para 2026. A inflação que segue moderando gradualmente mesmo diante das pressões derivadas das tarifas aplicadas, mas permanece acima de metas em algumas economias avançadas. Neste cenário, os principais bancos centrais seguem ou em pausa, ou cortando os juros (poucos sobem). O destaque fica para o FED, que seguiu entregando cortes consecutivos e encerrou o ano com as taxas em 3,75% (no limite superior).

❖ *Shutdown* mais longo da história norte-americana

No quarto trimestre de 2025, os Estados Unidos enfrentaram uma paralisação governamental (*shutdown*) de 43 dias, iniciado em 1º de outubro quando o Congresso não conseguiu aprovar as apropriações orçamentárias necessárias para o ano fiscal de 2026. A paralisação tornou-se a mais longa da história americana, superando o recorde anterior de 35 dias, em meio a um impasse entre a Câmara controlada pelos republicanos e o Senado dominado pelos democratas sobre conteúdo de gastos e extensão de subsídios de saúde. Cerca de 900 mil funcionários federais foram colocados em licença, com muitos outros trabalhando sem pagamento até a reabertura em 12 de novembro, após a aprovação de um pacote de financiamento. Além disso, o *shutdown* teve como impacto a ausência de divulgação de dados econômicos relevantes, com diversos dados deixando de ser coletados no período, causando prejuízo à análise da conjuntura econômica.

❖ Leve redução das tensões geopolíticas

O quarto trimestre de 2025 foi marcado por sinais graduais de desescalada em alguns dos principais focos de tensão geopolítica global. No Oriente Médio, avanços pontuais em negociações multilaterais e a redução da intensidade de confrontos diretos contribuíram para um ambiente de menor incerteza regional. No *front* comercial, apesar da retórica ainda firme, Estados Unidos e China retomaram canais formais de diálogo, com iniciativas voltadas à estabilização de fluxos comerciais e tecnológicos. Já no conflito entre Rússia e Ucrânia, embora não tenha havido uma resolução estrutural, observou-se uma diminuição relativa de episódios de escalada, acompanhada por esforços diplomáticos mais coordenados por parte de atores europeus e asiáticos.

No ambiente doméstico

❖ Desaceleração suave da atividade no Brasil com inflação mais benigna e reforço do cenário de início de cortes em 2026

Os dados de atividade ao longo do período mostraram perda gradual de ímpeto, com o PIB do 3T25 apresentando crescimento modesto, de 0,1% t/t, compatível com um processo de desaceleração suave à frente (não projetamos crescimento para o 4T). Serviços e varejo apresentaram desempenho misto, com alguns segmentos ainda resilientes, mas já com sinais de moderação mais disseminados. No campo inflacionário, as leituras do IPCA surpreenderam para baixo em vários momentos, com núcleos mais comportados, menor difusão e efeitos relevantes da redução dos preços de combustíveis — especialmente o corte de quase 5% no preço da gasolina nas refinarias — ajudando a conter a inflação corrente e a reforçar o processo de desinflação ao longo do 4T25. A inflação encerra o ano de 2025 dentro da banda de tolerância da meta de inflação.

❖ Copom manteve a taxa Selic em 15,00%, mas consolida a leitura de que o ciclo de flexibilização começa em 2026

Ao longo das comunicações entre outubro e dezembro, o Copom manteve a Selic em 15,00% e reiterou a necessidade de uma política monetária “significativamente contracionista por período prolongado”. Ainda assim, passaram a trazer sinais mais claros de transição no debate — da ênfase na “necessidade de novos apertos” para a “avaliação da suficiência do nível atual de juros”. As projeções de inflação também recuaram gradualmente ao longo do período.

Fiscal segue no foco, com alívios pontuais e necessidade de novas receitas à frente

O período foi marcado por uma agenda fiscal intensa, com discussões e aprovação de medidas voltadas para aumento de receitas, incluindo a realização de um leilão de petróleo. Foram aprovadas iniciativas que ampliaram a arrecadação, como a redução de créditos tributários, contribuindo para a aprovação final do orçamento. No fim do ano passado, foram sancionadas as diretrizes para 2026, estabelecendo meta de resultado primário de 0,25% do PIB. Em 2025, o governo deve ter alcançado a banda da meta com R\$12 bilhões em dividendos e R\$8 bilhões provenientes do leilão de petróleo.



2. Desempenho Consolidado

Encerramos o ano de 2025 com uma importante evolução, focados na execução de nossa estratégia para sermos o banco mais presente na vida de nossos clientes, de forma inteligente, sustentável e personalizada, construindo uma operação mais diversificada, sólida e capaz de gerar resultados consistentes.

Na carteira de crédito ampliada encerramos dezembro de 2025 com R\$708 bilhões, um crescimento de 3,7% com disciplina na alocação de capital, priorizando ativos de maior rentabilidade e qualidade. No período, destacam-se os crescimentos nos portfólios de cartão de crédito (+13,4%), financiamento ao consumo (+13,0%), imobiliário (+9,6%) e PMEs (+13,0%).

Em captações de clientes, encerramos o exercício com R\$670 bilhões, o que representa um avanço de 3,9%, com destaque para a evolução de LCI e LCA (+15,5%) e de LF e outros (+18,3%). Continuamos otimizando o mix de captações, com maior representatividade da PF, que atingiu 50% em dezembro de 2025, vindo de 43% em dezembro de 2023, reduzindo o custo de depósitos.

Como resultado, a margem financeira com clientes apresentou evolução de 9,5%. Já a margem de mercado foi negativamente impactada pela sensibilidade negativa à taxa de juros. As comissões cresceram 3,5% sendo os destaques cartões com +12,0%, seguido por seguros com +8,7%.

Como resultado, a margem financeira com clientes apresentou evolução de 9,5%. Já a margem de mercado foi negativamente impactada pela sensibilidade negativa à taxa de juros. As comissões cresceram 3,5% sendo os destaques cartões com +12,0%, seguido por seguros com +8,7%.

Na qualidade de crédito, observamos ao longo do ano uma pressão mais acentuada nos indicadores de inadimplência, reflexo de um ambiente macroeconômico mais desafiador com maior endividamento das famílias e elevação dos pedidos de recuperação judicial por parte das empresas. Adicionalmente, a implementação dessa resolução nos exigiu um maior nível de provisão, e, conseqüentemente, o resultado de provisão para devedores duvidosos cresceu 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, em gastos, mantemos nossa cultura de eficiência que, combinada com o uso intensivo de tecnologia tem permitido otimizar processos e maximizar nossa produtividade, além de oferecer melhores experiências aos nossos clientes. As despesas cresceram 0,8%, ritmo inferior ao da inflação, refletindo a disciplina e a eficiência na gestão de custos.

O lucro líquido gerencial apresentou crescimento de 12,6% no período, totalizando R\$ 15,6 bilhões, com um ROAE de 17,2%, incremento de 1,2 p.p. ante o mesmo período de 2024.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$ 15,6 bilhões 2025
(+12,6% vs 2024)



Carteira ampliada
R\$ 708,2 bilhões Dez/25
(+3,7% vs Dez/24)



Margem Financeira
R\$ 61,9 bilhões 2025
(+1,8% vs 2024)

Demonstração de resultados gerencial ¹

(R\$ milhões)	4T25	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Margem Financeira Bruta	15.332	15.208	0,8 %	61.858	60.746	1,8 %
Comissões	5.754	5.552	3,6 %	21.647	20.917	3,5 %
Receita Total	21.086	20.760	1,6 %	83.505	81.663	2,3 %
Resultado de PDD	(6.105)	(6.524)	(6,4)%	(25.880)	(23.755)	8,9 %
Despesas Gerais	(6.633)	(6.423)	3,3 %	(26.042)	(25.837)	0,8 %
Despesas Tributárias	(1.471)	(1.420)	3,6 %	(5.566)	(5.595)	(0,5)%
Outros	(2.531)	(2.104)	20,3 %	(8.433)	(9.593)	(12,1)%
Lucro líquido antes de impostos	4.346	4.289	1,3 %	17.584	16.883	4,2 %
Impostos e minoritários	(260)	(280)	(7,1)%	(1.969)	(3.011)	(34,6)%
Lucro líquido gerencial	4.086	4.009	1,9 %	15.615	13.872	12,6 %
Lucro líquido contábil	4.023	3.944	2,0 %	15.339	13.477	13,8 %

1 O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados do livro BRGAAP.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes.

As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controles internos, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do plano do trabalho de auditoria para o ano de 2025 e este foi aprovado pelo Conselho de Administração.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 49.661 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.



7. Sustentabilidade

No quarto trimestre de 2025, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

- Viabilizamos R\$ 38,6 bilhões em negócios sustentáveis (YtD), de acordo com nosso sistema de classificação de finanças e investimentos sustentáveis (Sustainable Finance & Investment Classification System).
- Alcançamos uma carteira de R\$ 50,7 bilhões com emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.
- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 41% de *market share*.
- Em Microfinanças, o Prospera atingiu uma produção de R\$ 5,2 bilhões, um aumento de 6% YoY. A carteira total cresceu 3% YoY, chegando a R\$ 3,4 bilhões, com uma base total 1,2 milhões de clientes. Para além dos resultados financeiros, o Prospera impactou

mais de 10 mil pessoas com o Educar para Prosperar, nosso programa de educação financeira presencial para clientes e não clientes das comunidades onde atuamos.

- No contexto do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Brasileiro criada para impulsionar investimentos privados sustentáveis e atrair capital externo para projetos de longo prazo, o Santander concluiu duas operações relacionadas ao 1º Leilão - sublinha Blended Finance: (i) a emissão de R\$ 300 milhões para a Eber Bioenergia e Agricultura, destinada à expansão da produção de etanol em Goiás; e (ii) R\$ 160 milhões para a CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, voltados a projetos de saneamento e ampliação da infraestrutura de água e esgoto em Santa Catarina.

Índices de sustentabilidade

- Obtivemos a classificação “A” do CDP – Carbon Disclosure Project, o principal sistema global de informações sobre mudanças climáticas, passando a figurar na seleta “A list”: a escala varia de “D” a “A”, sendo “A” a melhor nota.
- Durante a COP30, o Santander foi premiado na “Celebração da Tríade do Índice B3 ESG”, que reuniu as 30 empresas participantes dos três principais índices de sustentabilidade da B3: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), ICO2 (Índice Carbono Eficiente) e iDIVERSA (Índice de Diversidade).

Impacto social

- Desde 2002 e 2013 respectivamente, os programas Amigo de Valor e Parceiro do Idoso traduzem o compromisso Santander com a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. Além de destinar parte do seu imposto de renda devido aos projetos selecionados, o Santander mobiliza outros atores para a causa: colaboradores, clientes, fornecedores e empresas coligadas.
- Em 2025, acompanhamos a execução de 65 projetos do programa Amigo de Valor e 47 projetos do programa Parceiro do Idoso. Com os recursos destinados pelo banco, mais de 8 mil crianças, pessoas idosas e seus familiares foram diretamente beneficiados. Considerando o total de valores mobilizados (Banco, coligadas, clientes e colaboradores), o alcance das iniciativas supera 20 mil pessoas.

Os programas lançaram ainda nova campanha para mobilização de recursos, a fim de viabilizar apoio a projetos que serão executados ao longo de 2026. O programa Amigo de Valor arrecadou mais de R\$26 milhões para apoiar 59 projetos voltados à ampliação e qualificação da oferta de serviços socioassistenciais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Parceiro do Idoso mobilizou R\$18.5 milhões, destinados a apoiar 47 projetos que contribuirão para promover o envelhecimento digno e o aprimoramento das políticas públicas locais.

- Teve início a primeira etapa do Social Integrado Santander, que visa ampliar o impacto social em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados de Pernambuco e Maranhão. A iniciativa combina diferentes frentes de atuação, com foco no desenvolvimento local, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Até o momento:

+20 mil alunos da rede pública foram beneficiados por meio de ações de arte e cultura;

+1.500 professores da rede pública participaram das master classes de música;

+ 800 empreendedores locais foram capacitados em empreendedorismo e educação financeira.

Universidades

- No 4T25, mais de 11 mil pessoas foram beneficiadas com cursos e bolsas de estudos. Destacamos nesse período a realização dos programas Santander Code Girls, que promove a inclusão feminina no mercado digital e o Santander EducaAI, que apoia educadores no uso responsável da inteligência artificial no ambiente escola

Eventos de negócios

- Promovemos o painel sobre Taxonomia Sustentável no pavilhão brasileiro na COP30 Brasil, dialogando com autoridades do Brasil, da União Europeia e do Chile, e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e soluções financeiras voltadas à transição sustentável.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2026).



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Estimativa de perdas por redução ao valor recuperável das operações de crédito (Notas 1(c.3.1 (ii)), 2(h), 9 e 46(b))

A estimativa de perda por redução ao valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9 - Financial Instruments, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma coletiva, por meio de modelos, para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos.

Dessa forma, essa mantém-se como uma área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável das operações de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável das operações de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pelo IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor e, quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das estimativas de perdas por redução ao valor recuperável das operações de crédito com base no IFRS 9, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para processos judiciais e administrativos (Notas 1(c.3.1(iv)), 2(q) e 22) O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa mantém-se como uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos para confirmar a existência e as informações relevantes dos processos. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade do prognóstico dos processos atribuídos pela Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 46 (d)) O Banco e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia de Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos - Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido

A conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e do lucro líquido atribuído à Controladora referente ao exercício findo nessa mesma data, entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen Gaap) e as normas contábeis IFRS apresentada no Anexo I, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.



Banco Santander (Brasil) S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Disponibilidades	4	20.232.729	37.084.254
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		262.407.149	231.001.886
Instrumentos de Dívida	6	95.546.026	107.585.055
Instrumentos de Patrimônio	7	4.862.393	2.968.823
Derivativos	8.a	65.590.206	40.175.818
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	9	6.413.587	4.911.803
Reservas no Banco Central do Brasil		89.994.937	75.360.387
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		69.446.583	92.078.540
Instrumentos de Dívida	6	69.354.220	92.058.907
Instrumentos de Patrimônio	7	92.363	19.633
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		800.545.822	768.324.784
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	5	35.947.923	30.177.627
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	9	558.134.969	561.178.111
Instrumentos de Dívida	6	114.708.615	84.529.222
Reservas no Banco Central do Brasil		91.754.315	92.439.824
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	8.a	217.492	30.481
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	10	1.413.215	1.042.273
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	11	3.517.094	3.640.176
Ativos Fiscais		65.060.517	59.790.262
Correntes		14.205.687	11.566.385
Diferidos	23.d	50.854.830	48.223.877
Outros Ativos	15	8.915.748	6.955.457
Ativo Imobilizado	12	5.046.133	6.021.900
Ativo Intangível		33.226.983	32.826.797
Ágio	13	27.844.674	27.892.878
Outros Ativos Intangíveis	14	5.382.309	4.933.919
Total do Ativo		1.270.029.465	1.238.796.810

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2025	2024
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		112.471.311	82.722.610
Derivativos	8.a	59.827.986	39.280.448
Posições Vendidas	8.b	49.380.059	39.396.666
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	3.263.266	4.045.496
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		992.386.546	1.001.581.240
Depósitos de Instituições de Crédito	16	146.867.521	158.565.482
Depósitos de Clientes	17	593.328.796	605.068.163
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	156.662.290	135.632.632
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19	28.113.937	23.137.784
Outros Passivos Financeiros	20	67.414.002	79.177.179
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	8.a	184.005	129.826
Provisões		11.804.482	10.976.930
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares	22	1.357.203	1.364.437
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões	22	10.447.279	9.612.493
Passivos Fiscais		9.388.832	10.175.193
Correntes		4.799.733	4.485.753
Diferidos	23.d	4.589.099	5.689.440
Outras Obrigações	24	17.241.145	13.383.879
Total do Passivo		1.143.476.321	1.118.969.678
Patrimônio Líquido	27	130.281.588	126.199.224
Capital Social	27.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital		630.238	630.011
Ações em Tesouraria	27.d	(719.560)	(884.707)
Reserva de Lucros		65.370.910	61.453.920
Outros Resultados Abrangentes		(5.108.058)	(6.707.539)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		125.173.530	119.491.685
Participações Não-Controladoras	26	1.379.614	335.447
Total do Patrimônio Líquido		126.553.144	119.827.132
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.270.029.465	1.238.796.810

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado

	Nota Explicativa	2025	2024	2023
Receitas com juros e similares	31	162.494.639	137.183.478	128.282.707
Despesas com juros e similares	32	(104.860.321)	(80.504.918)	(81.398.673)
Receita Líquida com Juros		57.634.318	56.678.560	46.884.034
Receitas de instrumentos de patrimônio	33	85.528	83.647	22.179
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	458.313	312.986	239.236
Receitas de tarifas e comissões	34	25.521.847	23.664.987	22.454.778
Despesas de tarifas e comissões	35	(8.026.391)	(6.459.778)	(6.814.813)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	36	10.945.319	(1.358.674)	2.729.519
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		7.889.797	(641.147)	3.440.830
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(416.389)	(180.427)	(463.844)
Hedge e Outros		3.471.911	(537.100)	(247.467)
Variações cambiais (líquidas)	37	(10.814.056)	1.487.679	1.065.167
Outras despesas operacionais (líquidas)	38	(808.321)	(652.121)	(715.790)
Total de Receitas		74.996.557	73.757.286	65.864.310
Despesas administrativas		(20.938.438)	(20.416.504)	(19.562.641)
Despesas com pessoal	39.a	(11.699.346)	(11.597.996)	(10.813.926)
Outras despesas administrativas	40.a	(9.239.092)	(8.818.508)	(8.748.715)
Depreciação e amortização		(2.625.783)	(2.731.018)	(2.740.950)
Ativo Imobilizado	12.a	(1.087.034)	(1.586.278)	(1.841.616)
Ativo intangível	14	(1.538.749)	(1.144.740)	(899.334)
Provisões (líquidas)	22	(4.978.678)	(4.595.238)	(4.424.412)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	9.c	(29.539.862)	(28.484.030)	(28.008.086)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(29.539.862)	(28.484.030)	(28.008.086)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(396.946)	(252.487)	(250.173)
Outros ativos intangíveis	14	(67.023)	(48.897)	(19.473)
Outros ativos		(329.923)	(203.590)	(230.700)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	41	111.041	1.806.183	998.408
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	42	101.103	106.036	45.195
Resultado Operacional Antes da Tributação		16.728.994	19.190.228	11.921.651
Impostos sobre a renda	23	(3.763.871)	(5.776.465)	(2.422.839)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		12.965.123	13.413.763	9.498.812
Lucro atribuível à Controladora		12.766.035	13.365.506	9.449.313
Lucro atribuível às participações não-controladoras	26	199.088	48.257	49.499

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

	2025	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	12.965.123	13.413.763	9.498.812
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	817.853	(1.978.264)	1.166.391
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.125.791	(2.164.544)	537.438
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.312.673	(4.130.998)	878.395
Impostos	(1.186.882)	1.966.454	(340.957)
Hedges de fluxo de caixa	(307.938)	186.280	628.953
Ajuste ao valor justo	(587.190)	355.207	1.199.318
Impostos	279.252	(168.927)	(570.365)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	781.628	(761.060)	(648.164)
Planos de Benefícios Definidos	782.787	(502.235)	(620.233)
Planos de Benefícios Definidos	1.433.746	(955.096)	(988.263)
Impostos	(650.959)	452.861	368.030
Outros	(1.159)	(258.825)	(27.931)
Contratos de Previdência - IFRS 17	(1.931)	27.734	(46.552)
Ágio em aquisições de controladas	-	(256.936)	-
Outros	-	(18.529)	-
Impostos	772	(11.094)	18.621
Total do Resultado Abrangente	14.564.604	10.674.439	10.017.039
Atribuível à controladora	14.365.516	10.626.182	9.967.540
Atribuível às participações não-controladoras	199.088	48.257	49.499
Total	14.564.604	10.674.439	10.017.039

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Plano de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de investimento	Total	Participações não- controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	445.778	60.442.814	(1.219.316)	-	(755.009)	(2.895.520)	859.370	-	(1.695.283)	110.182.834	497.342	110.680.176
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	9.449.313	518.264	(601.059)	-	(27.931)	628.953	9.967.540	49.499	10.017.039
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	9.449.313	-	-	-	-	-	9.449.313	49.499	9.498.812
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	518.264	(601.059)	-	(27.931)	628.953	518.227	-	518.227
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	518.264	-	-	-	-	518.264	-	518.264
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(601.059)	-	-	-	(601.059)	-	(601.059)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	(27.931)	-	(27.931)	-	(27.931)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	628.953	628.953	-	628.953
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	-	-	-	(6.200.000)	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	(6.200.000)
Remuneração baseada em ações	39.b	-	161.899	-	-	-	-	-	-	-	-	161.899	-	161.899
Ações em tesouraria	27.d	-	-	-	112.533	-	-	-	-	-	-	112.533	-	112.533
Dividendos Prescritos		-	-	56.858	-	-	-	-	-	-	-	56.858	-	56.858
Lucro não Realizado		-	-	171.340	-	-	-	-	-	-	-	171.340	-	171.340
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.491)	(143.491)
Destinações:												-		-
Reserva Legal		-	-	472.466	-	(472.466)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	2.776.847	-	(2.776.847)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	-	(236.745)	(3.496.579)	859.370	(27.931)	(1.066.330)	114.453.004	403.350	114.856.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Plano de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	-	(236.745)	(3.496.579)	859.370	(27.931)	-	(1.066.330)	114.453.004	403.350	114.856.354
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	13.365.506	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	10.626.182	48.257	10.674.439
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	13.365.506	-	-	-	-	-	-	13.365.506	48.257	13.413.763
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	(2.739.324)	-	(2.739.324)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(2.164.544)	-	-	-	-	-	(2.164.544)	-	(2.164.544)
Plano de Benefícios a Funcionários (1)		-	-	-	-	-	-	(502.235)	-	-	-	-	(502.235)	-	(502.235)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	16.640	-	-	16.640	-	16.640
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.280	186.280	-	186.280
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial - ágio em aquisição de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256.936)	-	(256.936)	-	(256.936)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.529)	-	(18.529)	-	(18.529)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	27.b	-	-	-	-	(6.000.000)	-	-	-	-	-	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Remuneração baseada em ações		-	22.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.334	-	22.334
Ações em tesouraria	27.d	-	-	-	222.076	-	-	-	-	-	-	-	222.076	-	222.076
Dividendos Prescritos		-	-	57.513	-	-	-	-	-	-	-	-	57.513	-	57.513
Lucro não Realizado		-	-	19.213	-	49.175	-	-	-	-	-	-	68.388	-	68.388
Aumento de Capital		10.000.000	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	42.188	-	-	-	-	-	-	-	-	42.188	(116.160)	(73.972)
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.710)	(112.710)
Outros		-	-	42.188	-	-	-	-	-	-	-	-	42.188	(3.450)	38.738
Destinações:															
Reserva Legal		-	-	668.275	-	(668.275)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	6.746.406	-	(6.746.406)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	630.011	61.453.920	(884.707)	-	(2.401.289)	(3.998.814)	859.370	(11.291)	(275.465)	(880.050)	119.491.685	335.447	119.827.132

(1) Inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 21.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Plano de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações não- controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	630.011	61.453.920	(884.707)	-	(2.401.289)	(3.998.814)	859.370	(11.291)	(275.465)	(880.050)	119.491.685	335.447	119.827.132
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	11.591.014	1.125.791	782.787	-	(1.159)	-	(307.938)	13.190.495	199.088	13.389.583
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	12.766.035	-	-	-	-	-	-	12.766.035	199.088	12.965.123
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(1.175.021)	1.125.791	782.787	-	(1.159)	-	(307.938)	424.460	-	424.460
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (1)		-	-	-	-	-	1.125.791	-	-	-	-	-	1.125.791	-	1.125.791
Plano de Benefícios a Funcionários (2)		-	-	-	-	(1.175.021)	-	782.787	-	-	-	-	(392.234)	-	(392.234)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.159)	-	-	(1.159)	-	(1.159)
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(307.938)	(307.938)	-	(307.938)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	27.b	-	-	-	-	(7.620.000)	-	-	-	-	-	-	(7.620.000)	-	(7.620.000)
Remuneração baseada em ações		-	227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227	-	227
Ações em Tesouraria	27.d	-	-	-	165.147	-	-	-	-	-	-	-	165.147	-	165.147
Dividendos Prescritos		-	-	42.566	-	-	-	-	-	-	-	-	42.566	-	42.566
Outros	26	-	-	(96.590)	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.590)	845.079	748.489
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	876.233	876.233
Outros		-	-	(96.590)	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.590)	(31.154)	(127.744)
Destinações:															
Reserva Legal			-	638.302	-	(638.302)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	3.332.712	-	(3.332.712)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	630.238	65.370.910	(719.560)	-	(1.275.498)	(3.216.027)	859.370	(12.450)	(275.465)	(1.187.988)	125.173.530	1.379.614	126.553.144

(1) Inclui os efeitos da classificação relativa à alteração na estratégia de negócios (Nota 1.C4)

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e prejuízos acumulados.

As reservas são distribuídas de acordo com os critérios societários da legislação local.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	2025	2024	2023
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido Consolidado		12.965.123	13.413.763	9.498.812
Ajustes ao Lucro		14.086.103	1.058.360	5.971.012
Depreciação do Ativo Tangível	12.a	1.087.034	1.586.278	1.841.616
Amortização do Ativo Intangível	14	1.538.749	1.144.740	899.334
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		396.946	252.487	250.173
Provisões (Líquidas)		4.978.678	4.595.238	4.424.412
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	9.c	29.539.862	28.484.030	28.008.086
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(212.144)	(1.912.219)	(855.565)
Participação no Resultado de Equivalência Patrimonial	11.a	(458.313)	(312.986)	(239.236)
Tributos Diferidos	23.d	(4.305.125)	(885.976)	(5.550.813)
Atualização de Depósitos Judiciais		(724.027)	(689.787)	(728.716)
Atualização de Impostos a Compensar		(496.653)	(376.938)	(557.008)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(17.258.904)	(30.769.354)	(21.430.674)
Outros		-	(57.153)	(90.597)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		(46.667.229)	(187.674.524)	(129.083.634)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(30.526.702)	(20.980.632)	(88.026.729)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		17.878.100	(38.961.379)	(3.895.444)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(37.443.130)	(124.915.673)	(41.870.299)
Outros Ativos		3.424.503	(2.816.840)	4.708.838
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		31.118.147	157.494.648	156.121.109
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		29.748.701	33.141.169	(86.825)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(10.326.894)	130.916.324	144.383.135
Outros Passivos		11.696.340	(6.562.845)	11.824.799
Imposto Pago	23.a	(6.509.969)	(5.423.514)	(5.892.511)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		4.992.175	(21.131.267)	36.614.788
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Investimentos		(4.153.137)	(3.435.838)	(3.963.094)
Aumento em Participações		(7.500)	(114.206)	(5.054)
Ativo Tangível	12.a	(921.361)	(854.993)	(1.445.847)
Ativo Intangível	14	(2.221.363)	(1.754.988)	(1.906.872)
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(1.002.913)	(711.651)	(605.321)
Alienação		600.929	1.044.835	719.747
Ativo Tangível	12.a	(513.185)	333.413	117.312
Ativo Intangível		482.143	110.067	185.206
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		631.971	601.355	417.229
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		229.372	375.236	663.032
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		(3.322.836)	(2.015.767)	(2.580.315)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aquisição (Alienação) de Ações Próprias	27.d	165.147	222.076	112.533
Emissão (Recompra) de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19	2.362.800	68.477	-
Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo	18	88.504.440	39.541.342	75.404.958
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(6.496.351)	(5.618.714)	(5.450.390)
Pagamentos de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo	18	(79.939.286)	(33.038.049)	(63.400.960)
Pagamentos dos Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19	(1.070.620)	(132.243)	(713.974)
Aumento (Decréscimo) em Participações Não-controladoras	26.b	876.232	(112.710)	(134.214)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		4.402.362	930.179	5.817.953
Aumento (Decréscimo) Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)		6.071.701	(22.216.855)	39.852.426
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	67.200.905	89.417.760	49.565.334
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	73.272.606	67.200.905	89.417.760

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2026.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas (preparadas de acordo com o IAS 1)

As Demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as *IFRS® Accounting Standards* emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pela *IFRS® Interpretations Committee* (nome atual do *International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®*).

Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações.

- **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, não gerou impacto material na demonstração financeiras consolidadas do Santander.

- **Adoção do IFRS 9 para Contabilidade de Hedge** – durante o exercício de 2025, o Santander passou a aplicar requisitos estabelecidos pelo IFRS 9 para as relações de *hedge*. Os principais impactos desta mudança na contabilização das relações de *hedge* decorrem, fundamentalmente: da separação do valor temporal das opções, quando o risco coberto é intrínseco de forma obrigatória; da separação do elemento a termo dos contratos a termos de moedas, para todo o tipo de *hedges*; e da separação do diferencial de base da moeda estrangeira de um derivativo cambial, para cada relação de *hedge*. A aplicação dessas opções aos *hedges* designados anteriormente a 31 de dezembro de 2024, não gerou impacto material na demonstração financeiras consolidadas do Santander.

- **Imposto Mínimo Global – Pilar 2** - as regras do Pilar 2 da tributação mínima global (*Global Minimum Tax Model Rules*), aprovada em 2021 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), determina que grupos multinacionais com receitas superiores a €750 milhões estejam sujeitos a uma alíquota mínima de imposto de 15% sobre o lucro contábil ajustado, calculado com base em cada jurisdição. A OCDE complementou essas regras por meio da aprovação de orientações administrativas e sobre regras simplificadoras (*safe harbours*) transitórios aplicáveis aos exercícios fiscais de 2024 a 2026. Em janeiro de 2026, a aplicação dos *safe harbours* transitórios foi prorrogada por mais um ano, e novos *safe harbours* permanentes foram aprovados com o objetivo de simplificar a aplicação das Regras Modelo e implementar o “acordo *side-by-side*” alcançado em junho de 2025 no âmbito do G7, o qual será aplicável a partir de 2026 a grupos multinacionais cuja controladora final esteja nos Estados Unidos.

No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, introduziu o Pilar 2 conforme as Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária – Regras GloBE (*Global Anti-Base Erosion Rules – GloBE Rules*), através da instituição do Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e passou a ser regulamentado por atos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda de modo a se enquadrar como um imposto mínimo qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-up Tax - QDMTT*). As regras do Pilar 2 passaram a vigorar no Brasil a partir 2025 e devem ser apuradas com base nos tributos abrangidos ajustados e nos lucros ajustados de todas as entidades constituintes do mesmo grupo multinacional no Brasil.

As regras simplificadoras (*safe harbours*) implicam que o Adicional da CSLL não é devido desde que qualquer uma das seguintes condições seja atendida: (i) a alíquota efetiva calculada com base nas informações da Declaração País a País (*country-by-country reporting*) exceda a 16% em

2025 e 17% em 2026; (ii) a presença do grupo multinacional em uma jurisdição não seja relevante, quando a receita for inferior a €10 milhões e o lucro antes dos impostos for inferior a €1 milhão; ou (iii) o lucro antes dos impostos seja inferior ao valor resultante da soma dos ativos fixos tangíveis e das despesas com pessoal, ajustados por uma determinada porcentagem que varia anualmente.

A avaliação da exposição potencial ao Adicional da CSLL baseia-se nas declarações fiscais mais recentes, no relatório país por país e nas demonstrações financeiras das entidades constituintes do Grupo no Brasil. Com base na avaliação, as alíquotas efetivas do Adicional da CSLL no Brasil são superiores a 15%, portanto, não surge potencial de exposição.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Para tratar de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. O Banco não identificou impactos materiais desta alteração.

• **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **Emendas ao IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - Divulgações sobre incertezas nas Demonstrações Financeiras:** introduz exemplos ilustrativos que reforçam a aplicação dos requisitos existentes das IFRS para a divulgação dos efeitos de incertezas relevantes nas demonstrações financeiras, com destaque para aquelas decorrentes de riscos climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono. A emenda enfatiza a necessidade de maior transparência quanto aos julgamentos de materialidade, às principais premissas e às fontes significativas de incerteza de estimativa que possam afetar ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa. As alterações não introduzem mudanças nos critérios de reconhecimento ou mensuração, concentrando-se no aprimoramento das divulgações previstas, em especial nas normas IFRS 18 (que substituirá a IAS 1), IFRS 7, IAS 8, IAS 36 e IAS 37, reforçando a consistência e o alinhamento entre as informações financeiras e os efeitos de riscos climáticos e outras incertezas relevantes, quando material, nas demonstrações financeiras. As emendas são efetivas para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

• **Emenda ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** esclarece os procedimentos a serem aplicados quando uma entidade passa a apresentar suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29. A alteração define como devem ser traduzidos os valores comparativos e os saldos quando ocorre essa mudança, visando assegurar que as informações permaneçam relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo. As emendas não alteram os critérios de reconhecimento ou mensuração, limitando-se a esclarecer os requisitos de tradução previstos na IAS 21, inclusive quanto à aplicação retrospectiva e ao tratamento dos efeitos da inflação na moeda de apresentação. Os impactos concentram-se exclusivamente nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, sem efeitos sobre o desempenho ou a posição financeira da entidade A emenda é efetiva para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRS, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As **notas 2.e & 46.c.8** apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As **notas 2.h & 46.b.2** apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza.

A nota explicativa **2.q** apresenta informações e eventuais mudanças significativas sobre as provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

c.4) Alteração na estratégia de negócios

No primeiro trimestre de 2025, o Banco Santander alterou sua forma de gerir parte da carteira de títulos públicos pré e pós-fixados, instrumentos financeiros integrantes de sua carteira denominada ALCO (assets and liability management). A nova estratégia está baseada em um perfil de investimento de longo prazo, visando garantir maior estabilidade financeira, evitando volatilidade no patrimônio líquido do Banco (inclusive para fins prudenciais).

A Administração adotou a classificação contábil de Custo Amortizado (CA) para parte da carteira ALCO, a qual melhor reflete o objetivo da estratégia da estratégia de negócio (nota 6).

2. Políticas contábeis materiais e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o Banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do

resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros Resultados Abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades (“empreendedoras”) adquirem participações em entidades (“entidades sob controle conjunto”) ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **nota 11**.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (**nota 13**). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A **nota explicativa 3** possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2025 e 2024.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar as mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (**notas 3 & 11**).

Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (**nota 21**).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda” ou se forem referentes a “Disponibilidades”, “Derivativos utilizados como hedge” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente, ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros) e
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo em Outros Resultados Abrangentes:** são ativos financeiros que atendam ao critério de SPPI, cujo objetivo seja manter os ativos para receber fluxos de caixas contratuais e também para venda.

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o ativo financeiro é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, o modelo de negócio de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Disponibilidades” e “Reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”: inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Participações em coligadas e controle em conjunto”: inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou coligadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Dívidas subordinadas”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- “Derivativos utilizados como hedge: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de “Notes” deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontra-se descrito na **nota 19**.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Para os “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” são mensurados ao custo amortizado, adota-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges no resultado do período.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto inicial. A taxa de juros efetiva inclui custos de transação, prêmios, descontos e demais encargos que sejam parte integrante do rendimento efetivo do instrumento.

O método da taxa de juros efetiva aplica-se a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).

Instrumentos de patrimônio são mensurados ao valor justo, com as variações reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme designação inicial permitida pelo IFRS 9.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de arrendamento e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de hedge

A contabilidade de hedge tem como objetivo representar nas demonstrações financeiras, os efeitos das atividades de gestão de riscos de uma entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições decorrentes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado do período ou outros resultados abrangentes.

Para que uma relação de hedge atenda aos requisitos estabelecidos pelo IFRS 9, devem ser cumpridas as seguintes condições:

- Os instrumentos que podem ser designados como instrumentos de hedge, são todos os instrumentos financeiros derivativos ou instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou uma combinação de ambos. No caso de hedges de risco cambial, também podem ser designados quaisquer tipos de instrumentos financeiros não derivativos, independentemente do seu critério de mensuração;
- Os elementos podem ser designados como itens cobertos, são todos aqueles que consistam em ativos ou passivos reconhecidos, compromissos, transações previstas altamente prováveis e investimentos líquidos no exterior.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- **Documentação:** No início da relação de *hedge*, deve ser realizada a designação e a documentação formal da relação de *hedge*, na qual devem constar a estratégia e o objetivo de gestão de riscos da entidade, a identificação do instrumento de *hedge* e do item coberto, a natureza do risco coberto, a metodologia de mensuração da eficácia, que inclui a análise das fontes de ineficácia e o índice de *hedge*.

As principais fontes de ineficácia, de acordo com o risco coberto, são:

- Risco de taxa de juros: desalinhamentos nos horizontes temporais, no principal, nas datas de redefinição e pagamento, no valor temporal das opções, bem como modificações no item coberto ou no instrumento de *hedge*;
- Risco cambial: além dos fatores mencionados anteriormente, a diferença entre as taxas de juros das duas moedas, que representa o custo ou o benefício líquido de converter fluxos de caixa entre duas moedas com diferentes taxas de juros.
- **Efetividade:** A relação de *hedge* deve ser efetiva; para tanto, deve existir uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, o risco de crédito não deve exercer um efeito dominante sobre as variações de valor decorrentes dessa relação econômica, e o índice de *hedge* deve ser consistente com aquele efetivamente utilizado pela entidade em sua gestão de riscos.

O Santander avalia esses requisitos de efetividade por meio de:

- Demonstração da relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* por meio de um teste qualitativo e, em caso de não atendimento, por meio de testes quantitativos que comparam o valor de mercado dos itens cobertos, correspondente ao risco coberto com o valor dos instrumentos de *hedge*. Adicionalmente, de forma prospectiva, é realizado um teste quantitativo das variações nos valores de mercado do instrumento de *hedge* e do item coberto;
- O cálculo do índice de *hedge*, que corresponde à relação entre a quantidade dos itens efetivamente cobertos pelo Santander e a quantidade dos instrumentos de *hedge* efetivamente utilizados;
- Avaliação da predominância do risco de crédito, realizada por meio da análise da exposição ao risco de crédito dos itens cobertos e dos instrumentos de *hedge*;

As estruturas de *hedge* contábeis são classificadas e registradas de acordo com o tipo de risco que cobrem, conforme os seguintes critérios:

- **Hedges de valor justo:** são coberturas da exposição a variações no valor justo do item coberto, atribuíveis a um risco específico;
- As variações apuradas tanto nos instrumentos de *hedge* quanto nos itens cobertos (em relação ao risco coberto) são reconhecidas diretamente no resultado;
- Quando o *hedge* de valor justo é descontinuado, os ajustes anteriormente reconhecidos no item coberto são apropriados ao resultado por meio do método da taxa de juros efetiva recalculada na data em que a relação de *hedge* é encerrada, devendo estar totalmente amortizados até o seu vencimento;
- No caso dos *hedges* de valor justo do risco de taxa de juros de uma carteira de instrumentos financeiros (*macro hedges*), os ganhos ou perdas decorrentes da mensuração dos instrumentos de *hedge* são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado, enquanto os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo do montante coberto (atribuíveis ao risco coberto) são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado, tendo como contrapartida as rubricas "Variações no valor justo dos itens *hedge*" de uma carteira com *hedge* de risco de taxa de juros (ativo ou passivo), conforme aplicável.
- **Hedges de fluxo de caixa:** são coberturas da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado ao item coberto;
- A parcela efetividade da variação no valor do instrumento de *hedge* é registrada, de forma transitória, no patrimônio líquido, até que o fluxo de caixa objeto da cobertura afete o resultado.
- A partir desse momento, será reconhecido na demonstração consolidada de resultados durante o mesmo período que o item coberto, salvo se for incluído no custo do ativo ou passivo não financeiro, ou se as transações previstas vierem a ser reconhecidas como ativos ou passivos não financeiros.
- Quando o *hedge* do fluxo de caixa é descontinuado, o resultado acumulado do instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido (enquanto a cobertura era eficaz) continuará a ser reconhecido nessa rubrica até que a transação coberta ocorra, momento em que será reconhecido em resultados, salvo se se previr que a transação não se realizará, caso em que será reconhecido imediatamente em resultados.
- Para a mensuração da inefetividade, o Santander compara a valorização do instrumento de *hedge* com a valorização do item objeto de *hedge* com base no risco coberto, utilizando para tal diferentes metodologias, tais como o método do proxy ou do derivado hipotético. A parte inefetiva das relações de *hedge* de fluxos de caixa é reconhecida diretamente na demonstração consolidada de resultados, na rubrica.

O Santander descontinua a contabilização das relações de *hedge* quando o instrumento de *hedge* vence, é vendido ou quando a relação de *hedge* se torna inefetiva por deixar de estar alinhada com o objetivo de gestão de riscos. Nesse caso, o derivativo passa a ser considerado um derivado de negociação.

Se uma relação de *hedge* deixar de cumprir os requisitos de efetividade, mas o objetivo de gestão do risco se mantiver, o Santander avaliará o reequilíbrio ou o ajuste do nível de cobertura para voltar a cumprir os requisitos de efetividade, sem necessidade de descontinuar a relação de *hedge*.

Um instrumento de *hedge* é, em geral, designado na sua totalidade, uma vez que os fatores que contribuem para o seu justo valor são interdependentes. No entanto, a IFRS 9 permite excluir determinadas partes do justo valor de um instrumento de *hedge*:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(i) separar o valor intrínseco e o valor temporal de uma opção e designar apenas o valor intrínseco como instrumento de *hedge*, sendo obrigatória essa separação caso o valor intrínseco seja designado;

(ii) separar o elemento a prazo e o elemento à vista de um contrato a prazo e designar apenas o elemento à vista como instrumento de *hedge*, o que será determinado para cada relação de *hedge*; e

(iii) separar o diferencial de base da moeda estrangeira de um derivativo de moeda e excluí-lo da designação do instrumento de *hedge*, o que será determinado para cada relação de *hedge*.

A separação destes componentes melhora a efetividade do *hedge* e permite um tratamento contábil alternativo para o componente excluído, que consiste no reconhecimento das variações de valor em outros resultados abrangentes, e no reconhecimento desse componente no resultado de acordo com a natureza do objeto de *hedge*, seja ao longo de um período de tempo ou no momento em que a transação de *hedge* ocorra.

Adicionalmente, no caso de a entidade gerir o risco de crédito de todo ou parte de um instrumento financeiro através do uso de derivativos de crédito, existe a opção de designar uma exposição creditícia ao valor justo no resultado, desde que esse derivativo coincida com o nome e o grau de subordinação do instrumento financeiro a cobrir. Essa designação pode ser efetuada no reconhecimento inicial do instrumento financeiro designado ou posteriormente, devendo ser devidamente documentada. A partir da sua designação, as variações do justo valor (por todos os seus riscos, e não exclusivamente pelo risco de crédito) serão reconhecidas na demonstração consolidada de resultados.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” é registrada no resultado.

Eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Ativos financeiros por cessão de crédito

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos que são transferidos a terceiros:

Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Baixa de Passivos financeiros

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

g) **Compensação de ativos e passivos**

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – IFRS 07 – Instrumentos Derivativos (Divulgação) - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Em milhares de Reais				2025
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	70.667.950	(4.860.252)	65.807.698	
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	64.872.243	(4.860.252)	60.011.991	
Em milhares de Reais				2024
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	42.380.547	(2.174.248)	40.206.299	
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	41.584.522	(2.174.248)	39.410.274	

h) **Ativos financeiros não recuperáveis**

i. **Definição**

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há evidência objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasionem um Impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como “Perdas com ativos financeiros (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. **Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado**

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição ao risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto as reduções ao valor recuperável não são incluídas em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD - Exposure at Default" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. O tempo de inadimplência é considerado na medição "PD - Probability of Default".
- A EAD é baseada no valor contábil bruto na data de reporte e, quando aplicável, ajustada para refletir a exposição esperada no momento do default, em conformidade com o IFRS 9.
- Probabilidade de inadimplência, ou "PD - Probability of Default", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano, no caso de operações em estágio 1, bem como pelo tempo de vida do ativo (estágios 2 e 3); ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou se o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou "LGD - Loss Given at Default", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Período de identificação de perdas, ou "LIP - Loss identification period", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

Além disso, antes de baixar empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituída provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que provisão para perdas com empréstimo cubra totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução do seu valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica de mesmo nome.

Quando há evidência objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo, são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", ("Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de Arrendamentos – IFRS 16

I. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

O Banco arrenda imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

II. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão e disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

III. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

Os passivos de arrendamento são corrigidos principalmente pela inflação (IGP-M), cujas projeções estimadas na data-base de 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas a seguir:

Projeção IGP-M	
Até 3 meses	1,0%
De 3 a 12 meses	4,0%
De 1 ano a 3 anos	4,0%
De 3 anos a 5 anos	4,0%
Mais de 5 anos	4,0%

IV. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os direitos de uso estão sujeitos a teste de redução ao valor recuperável.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda por meio da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2025 e 2024 é informada na **nota 43-d**.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou softwares desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, “Combinação de Negócios”.

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Anualmente ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário, identificável e sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados: ao final de cada período a entidade revisa a classificação como vida útil indefinida, mantida esta classificação estes estão sujeitos aos testes anuais de redução ao valor recuperável (IAS36).

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica “Depreciação e amortização” na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

o) Outros ativos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Inclui adiantamentos e receitas provisionadas (exceto juros provisionados), ativos intangíveis relacionados a relacionamento com clientes adquiridos, eventual ativo líquido de planos de pensão reconhecido no balanço patrimonial consolidado e outros valores não classificados em rubricas específicas.

A recuperabilidade do ativo intangível de relacionamento com clientes adquiridos é avaliada com base no valor em uso, uma vez que não é possível determinar de forma confiável o valor justo líquido de despesas de venda, dada a ausência de mercado ativo ou de parâmetros observáveis para estimativa do valor de alienação.

O valor em uso é determinado com base na projeção de fluxos de caixa futuros atribuíveis ao ativo ou à respectiva unidade geradora de caixa, descontados a valor presente mediante premissas consistentes e fundamentadas. As projeções são revisadas trimestralmente, considerando o desempenho efetivo e a atualização das premissas. O valor recuperável apurado é comparado ao valor contábil para fins de identificação de eventual perda por redução ao valor recuperável.

p) Contratos de seguros

Os contratos de seguro emitidos pelo Banco são avaliados no momento do reconhecimento inicial para determinar se são onerosos, em conformidade com o IFRS 17. Um grupo de contratos de seguro é considerado oneroso quando os fluxos de caixa de cumprimento, incluindo quaisquer fluxos de caixa de aquisição previamente reconhecidos, excedem a contraprestação recebida, resultando em saída líquida de recursos.

Quando um grupo é identificado como oneroso, a perda é reconhecida no resultado do período, a margem de serviço contratual desse grupo é reduzida a zero e o valor contábil do passivo correspondente passa a ser equivalente aos fluxos de caixa de cumprimento.

O Banco opta por apresentar, em outros resultados abrangentes, as variações decorrentes das mudanças nas taxas de desconto aplicadas à mensuração dos passivos de contratos de seguro, conforme permitido pelo IFRS 17.

q) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor justo das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e

liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (notas 34 e 35). Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias

u.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica “Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões” no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

u.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito por meio da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Anualmente, o Banco revisa suas políticas de garantias para capturar mudanças no mercado, nas características dos ativos dados em garantia e nas condições dos ativos, esses são exemplos de parâmetros técnicos revisados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

v) Ativos sob administração, fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado. A **nota 43-b** contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como “Despesas com juros e similares” na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

O plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não se enquadra como plano de contribuição definida, conforme detalhado na **nota 21**. Nesse plano, a entidade patrocinadora assume a obrigação de conceder os benefícios acordados aos empregados, suportando os riscos atuariais e de investimento associados.

A obrigação atuarial é apurada pelo método do crédito unitário projetado e descontada a valor presente com base em taxa de desconto determinada em conformidade com o IAS 19. Os ativos do plano são mensurados ao valor justo.

As remensurações do passivo (ou ativo) líquido de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos do plano (excluídos os valores considerados no cálculo do juro líquido), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. O passivo (ou ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial corresponde ao déficit ou superávit do plano na data-base.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (**nota 21**).

y) Benefícios por desligamento

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e COFINS aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Para as despesas de Imposto de Renda resultante de transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, o efeito fiscal é reconhecido também no patrimônio líquido.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O programa de integração social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

Ativos e Passivos fiscais (exceto provisões para impostos) classificados como “Correntes” são valores de impostos a serem recuperados e valores de impostos a pagar nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos de IR e CS incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado e são reavaliados na data de cada balanço patrimonial.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na **nota 23**.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens “Disponibilidades” e “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, as atividades operacionais do Banco Santander.

3. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2025	
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00%	100,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Rojó Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Outras	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	461	-	100,00%	100,00%
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00%	100,00%
Controlada Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00%	70,00%
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	-	65,00%	65,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	21.559	-	48,00%	48,00%
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	44.101	-	13,23%	13,23%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77%	86,77%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	-	50,00%	50,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
 - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
 - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4);
 - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
 - Getnet Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios;
 - Santander Flex Fundo De Investimento Direitos Creditórios (4);
 - Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;
 - D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
 - Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
 - San Preca Federal I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
 - Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
 - Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
 - Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
 - Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada; e
 - Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegocio - Fiagro - Resp Limitada.
- A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
 - O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
 - O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
 - Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

a) Incorporação da Toro Asset Management S.A. pela Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a Toro Asset Management S.A. (“Toro Asset”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. (“Santander Investimentos”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Toro Asset não implicou um aumento de capital social da Santander Investimentos, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Toro Asset era detida pela Santander Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

b) Cisão Parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a cisão parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. ("Return"), com a incorporação da parcela cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais. A implementação da incorporação da parcela cindida da Return não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Return são detidas pelo Santander e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência, por outro lado o capital social da Return foi reduzido no montante de R\$ 8.460.000, o qual corresponde à parcela cindida.

c) Incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais., de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A realização da incorporação total da Santander Leasing não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era detida pelo Santander Brasil e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência. A incorporação somente produzirá efeitos após a homologação pelo Banco Central do Brasil.

d) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

e) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

f) Incorporação da Return Capital S.A. pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação total da Return Capital S.A. ("Return Capital") pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Return Participações"). A incorporação resultou em um aumento no capital social da Return Participações, no valor de R\$ 8.540.942.366,72 (oito bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a emissão de 439.224.359 (quatrocentos e trinta e nove milhões, duzentas e vinte e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias. Como efeito da incorporação ocorreu a extinção da Return Capital, de pleno direito, sendo essa sucedida pela Return Participações em todos os seus direitos e obrigações.

g) Incorporação da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

h) Incorporação da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 28 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em sua conta de investimento por equivalência.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% remanescentes do capital social da Apê11 ("Operação"). Como resultado da Operação, a SHI passou a deter 100% do capital social da Apê11.

i) Parceria entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International e Pluxee Pay Brasil Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma parceria com o Grupo Pluxee (anteriormente denominado Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com o Grupo Pluxee no Brasil e (ii) na capacidade da empresa de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da parceria, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo de investimento da parceira.

j) Incorporação da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Aquisição da parcela remanescente da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios minoritários da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

l) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

m) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação").

n) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Caixa	3.059.750	3.639.280	3.770.483
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	17.172.979	33.444.974	19.352.067
Operações Compromissadas	52.822.160	28.103.405	65.766.340
Aplicações em depósito interfinanceiro (CDI)	217.717	2.013.246	528.870
Total	73.272.606	67.200.905	89.417.760

As informações relativas a 31 de dezembro de 2023 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Classificação:		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	35.947.923	30.177.627
Sendo:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	35.948.849	30.179.048
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(926)	(1.421)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	35.947.923	30.177.627
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	35.948.849	30.179.048

Tipo:		
Aplicações em depósito a prazo	8.771.667	14.667.515
Operações compromissadas (1)	16.082.817	3.032.113
Depósitos judiciais	11.018.649	12.356.984
Outras contas	75.716	122.436
Total	35.948.849	30.179.048

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

Em milhares de Reais	2025	2024
Moeda:		
Real	34.750.166	27.299.731
Dólar norte-americano	243.366	2.235.826
Euro	955.317	643.491
Total	35.948.849	30.179.048

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

Em milhares de reais	2025	2024
Classificação:		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	95.546.026	107.585.055
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	69.354.220	92.058.907
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (2)	114.708.615	84.529.222
Sendo:		
Instrumentos de dívida ao Custo Amortizado	117.910.438	86.598.778
Estimativa de perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(3.201.823)	(2.069.556)
Total	279.608.861	284.173.184

Tipo:

Títulos do governo - Brasil (1)	182.217.619	190.643.118
Debêntures e Notas promissórias	52.868.779	70.450.135
Outros títulos de dívida	44.522.463	23.079.931
Total	279.608.861	284.173.184

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

(2) No 2º trimestre de 2025 uma parcela de títulos da carteira ALCO, no montante equivalente a R\$ 23.190 milhões, passou a ser classificada na categoria de Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 1.c.4) gerando uma reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados impactando positivamente o patrimônio líquido em R\$ 514 milhões líquidos dos efeitos fiscais (R\$ 934 milhões bruto) na época. Em 31 de dezembro de 2025 o montante desses ativos representa R\$24.480 milhões, sendo o efeito de marcação a mercado no patrimônio líquido no montante de R\$ 632 milhões (bruto) positivo.

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de Reais	2025	2024
Moeda:		
Real	271.543.911	262.560.537
Dólar norte-americano	8.029.564	19.541.153
Outras moedas	35.386	2.071.494
Total	279.608.861	284.173.184

Em milhares de Reais	2025	2024
Instrumentos de dívida vinculadas a:		
Operações Compromissadas	70.269.484	84.894.642
Garantia de Operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.)	24.483.969	22.083.244
Vinculados a depósitos judiciais e outras garantias	19.296.763	12.736.275
Total	114.050.216	119.714.161

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Classificação:		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	4.862.393	2.968.823
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	92.363	19.633
Total	4.954.756	2.988.456
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	3.004.645	2.048.007
Ações de empresas estrangeiras	21.507	54.886
Fundos de investimentos (1)	1.928.604	885.563
Total	4.954.756	2.988.456

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	2.968.823	3.422.154	2.605.279
Adições/Baixas (Líquidas)	1.893.570	(453.331)	816.875
Saldo no final do exercício	4.862.393	2.968.823	3.422.154

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	19.633	15.953	33.493
Adições/Baixas (Líquidas)	72.730	3.680	(17.540)
Saldo no final do exercício	92.363	19.633	15.953

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado, quando disponíveis. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o valor justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como *Hedge Accounting*

	2025	2024
Ativo		
Swap- Diferencial a Receber	11.595.591	16.710.659
Prêmios de Opções a Exercer	6.312.487	4.960.933
Contratos a Termo e Outros	47.899.620	18.534.707
Total	65.807.698	40.206.299
Passivo		
Swap- Diferencial a Receber	11.893.221	16.746.167
Prêmios de Opções a Exercer	5.970.844	4.455.074
Contratos a Termo e Outros	42.147.926	18.209.033
Total	60.011.991	39.410.274

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resumo por Categoria

			2025			2024
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Negociação	Referencial (1)	da Curva	Justo	Referencial (1)	da Curva	Justo
Swap	1.091.352.145	(2.221.515)	(297.630)	858.277.413	(5.247.457)	(35.508)
Ativo	544.480.673	9.298.735	11.595.591	421.892.846	11.989.199	16.710.659
Juros	424.253.131	6.039.353	6.846.017	212.769.602	8.288.494	9.155.516
Moeda Estrangeira	118.489.312	3.257.875	4.746.233	207.863.441	3.593.516	7.449.012
Outros	1.738.230	1.507	3.341	1.259.803	107.189	106.131
Passivo	546.871.472	(11.520.250)	(11.893.221)	436.384.567	(17.236.656)	(16.746.167)
Juros	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)	300.101.297	(13.645.096)	(13.848.265)
Moeda Estrangeira	35.498.945	(1.150.742)	(1.353.372)	133.470.413	(3.588.425)	(2.726.684)
Outros	1.093.152	-	(190.402)	2.812.857	(3.135)	(171.218)
Opções	724.241.728	(2.364.529)	341.643	538.580.487	(1.728.092)	505.859
Compromissos de Compra	300.697.253	4.436.345	6.312.487	248.136.848	2.889.580	4.960.933
Opções de Compra Moeda Estrangeira	20.042.978	2.152.833	2.066.252	17.652.929	1.170.432	2.035.002
Opções de Venda Moeda Estrangeira	15.954.554	855.034	900.935	10.969.754	449.432	297.814
Opções de Compra Outras	12.400.038	887.741	3.216.466	25.078.274	769.593	2.530.004
Mercado Interfinanceiro	5.677.984	555.307	2.287.818	4.228.408	420.720	1.456.616
Outras (2)	6.722.054	332.434	928.648	20.849.866	348.873	1.073.388
Opções de Venda Outras	252.299.683	540.737	128.834	194.435.891	500.123	98.113
Mercado Interfinanceiro	204.462	113.366	74.030	553.161	111.802	80.262
Outras (2)	252.095.221	427.371	54.804	193.882.730	388.321	17.851
Compromissos de Venda	423.544.475	(6.800.874)	(5.970.844)	290.443.639	(4.617.672)	(4.455.074)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	11.780.868	(629.651)	(430.424)	10.516.526	(597.168)	(786.706)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.130.582	(637.961)	(681.040)	11.046.513	(555.932)	(275.212)
Opções de Compra Outras	90.098.059	(4.452.630)	(3.443.887)	57.500.051	(2.868.865)	(3.203.477)
Mercado Interfinanceiro	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)	21.145.788	(2.104.995)	(1.578.796)
Outras (2)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)
Opções de Venda Outras	309.534.966	(1.080.632)	(1.415.493)	211.380.549	(595.707)	(189.679)
Mercado Interfinanceiro	2.860.119	(239.648)	(507.171)	1.395.691	(155.776)	(29.908)
Outras (2)	306.674.847	(840.984)	(908.322)	209.984.858	(439.931)	(159.771)
Contratos de Futuros	567.709.896	-	-	785.337.224	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Posição Comprada	283.663.279	-	-	396.239.839	-	-
Cupom Cambial (DDI)	95.881.997	-	-	143.814.584	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	160.220.757	-	-	135.768.788	-	-
Moeda Estrangeira	21.182.934	-	-	106.481.787	-	-
Índice (3)	3.206.380	-	-	7.717.797	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.171.211	-	-	2.456.883	-	-
Posição Vendida	284.046.617	-	-	389.097.385	-	-
Cupom Cambial (DDI)	95.902.371	-	-	143.814.584	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	160.220.757	-	-	138.131.331	-	-
Moeda Estrangeira	21.545.898	-	-	96.976.790	-	-
Índice (3)	3.206.380	-	-	7.717.797	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.171.211	-	-	2.456.883	-	-
Contratos a Termo e Outros	480.123.205	(37.395.965)	5.751.694	443.722.256	6.675.015	325.674
Compromissos de Compra	221.363.620	5.957.072	47.899.620	226.379.907	13.065.871	18.534.707
Moedas	154.265.360	5.618.233	8.490.694	176.481.430	4.649.383	2.617.536
Outros	67.098.260	338.839	39.408.926	49.898.477	8.416.488	15.917.171
Compromissos de Venda	258.759.585	(43.353.037)	(42.147.926)	217.342.349	(6.390.856)	(18.209.033)
Moedas	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)	177.766.056	(5.934.009)	(6.151.264)
Outros	67.267.976	(508.555)	(39.634.499)	39.576.293	(456.847)	(12.057.769)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2025			
	Partes		Instituições	
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total
Swap	482.221.063	543.012.725	66.118.357	1.091.352.145
Opções	112.446.529	10.162.546	601.632.653	724.241.728
Contratos de Futuros	6.586.544	308.134	560.815.218	567.709.896
Contratos a Termo e Outros	101.871.220	280.719.313	97.532.672	480.123.205

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Valor Referencial	2024			
	Clientes	Partes	Instituições	Total
		Relacionadas	Financeiras (1)	
Swap	248.822.684	408.569.543	200.885.186	858.277.413
Opções	72.193.642	7.707.652	458.679.193	538.580.487
Contratos de Futuros	13.890.950	3.628.688	767.817.586	785.337.224
Contratos a Termo e Outros	180.609.297	193.284.055	69.828.904	443.722.256

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2025			
	Até 3	De 3 a	Acima de	Total
	Meses	12 Meses	12 Meses	
Swap	215.444.602	122.788.587	753.118.956	1.091.352.145
Opções	235.359.167	389.872.228	99.010.333	724.241.728
Contratos de Futuros	158.211.486	157.998.367	251.500.043	567.709.896
Contratos a Termo e Outros	270.558.427	118.706.257	90.858.521	480.123.205

Valor Referencial	2024			
	Até 3	De 3 a	Acima de	Total
	Meses	12 Meses	12 Meses	
Swap	118.831.333	142.493.857	596.952.223	858.277.413
Opções	80.264.346	375.497.526	82.818.615	538.580.487
Contratos de Futuros	415.684.910	197.209.979	172.442.335	785.337.224
Contratos a Termo e Outros	273.869.288	104.483.252	65.369.716	443.722.256

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2025		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	71.829.722	1.019.522.423	1.091.352.145
Opções	539.875.480	184.366.248	724.241.728
Contratos de Futuros	567.339.980	369.916	567.709.896
Contratos a Termo e Outros	20.496.769	459.626.436	480.123.205

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valor Referencial	2024		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	167.924.413	690.353.000	858.277.413
Opções	415.336.707	123.243.780	538.580.487
Contratos de Futuros	781.708.536	3.628.688	785.337.224
Contratos a Termo e Outros	55.754.746	387.967.510	443.722.256

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito por meio dos quais ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial.

	2025		2024	
	Valor Nominal		Valor Nominal	
	Risco Retido -	Valor Nominal	Risco Retido -	Valor Nominal
	Swap de Taxa	Risco Transferido -	Swap de Taxa	Risco Transferido -
	de Retorno Total	Swap de Crédito	de Retorno Total	Swap de Crédito
Swap de Créditos	-	7.950.397	4.421.208	16.153.307
Total	-	7.950.397	4.421.208	16.153.307

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.6) Hedge Accounting

As relações de hedge são de três tipos: Hedge de Valor Justo, Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge por indexador são representados como seguem:

a.6.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré-Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como hedge de risco de mercado dos créditos correspondente
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa ou swaps de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting
- O Banco possui risco ao índice de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) gerado por debêntures na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

O Banco Santander avalia os requisitos de efetividade por meio de:

- Demonstração da relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge por meio de um teste qualitativo e, em caso de não atendimento, por meio de testes quantitativos que comparam o valor de mercado dos itens cobertos, correspondente ao risco coberto com o valor dos instrumentos de hedge. Adicionalmente, de forma prospectiva, é realizado um teste quantitativo das variações nos valores de mercado do instrumento de hedge e do item coberto;
- O cálculo do índice de hedge, que corresponde à relação entre a quantidade dos itens efetivamente cobertos pelo Santander e a quantidade dos instrumentos de hedge efetivamente utilizados;
- Avaliação da predominância do risco de crédito, realizada por meio da análise da exposição ao risco de crédito dos itens cobertos e dos instrumentos de hedge;

Em hedges de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	31/12/2025			Objetos de Hedge		
	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Valor Contábil
Contratos de Swap	107.845	1.664.551	1.772.396	108.402	1.664.551	1.772.953
Hedge de Operações de Crédito	42.513	1.166.421	1.208.934	39.902	1.166.421	1.206.323
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	65.332	498.130	563.462	68.500	498.130	566.630
Contratos de Futuro	588.237	58.383.294	58.971.531	516.518	61.963.365	62.479.883
Hedge de Operações de Crédito	196.301	1.384.510	1.580.811	169.359	1.565.217	1.734.576
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	88.352	52.602.490	52.690.842	70.784	55.116.924	55.187.708
Hedge de Captações	303.584	4.396.294	4.699.878	276.375	5.281.224	5.557.599

Estratégias	31/12/2024			Objetos de Hedge		
	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Valor Contábil
Contratos de Swap	30.481	222.625	253.106	10.979	200.658	211.637
Hedge de Operações de Crédito	30.481	222.625	253.106	10.979	200.658	211.637
Contratos de Futuro	160.951	43.416.076	43.577.027	(222.149)	38.332.070	38.109.921
Hedge de Operações de Crédito	156.408	13.238.024	13.394.432	(54.560)	10.017.522	9.962.962
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(142.206)	25.344.183	25.201.977	213.204	22.504.539	22.717.743
Hedge de Captações	146.749	4.833.869	4.980.618	(380.793)	5.810.009	5.429.216

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

a.6.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mensurados a custo amortizado.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências *Offshore*. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*, a fim de transpassar o risco em Euro para SOFR + Cupom.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco Santander avalia os requisitos de efetividade por meio de:

- Demonstração da relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge por meio de um teste qualitativo e, em caso de não atendimento, por meio de testes quantitativos que comparam o valor de mercado dos itens cobertos, correspondente ao risco coberto com o valor dos instrumentos de hedge. Adicionalmente, de forma prospectiva, é realizado um teste quantitativo das variações nos valores de mercado do instrumento de hedge e do item coberto;
- O cálculo do índice de hedge, que corresponde à relação entre a quantidade dos itens efetivamente cobertos pelo Banco Santander e a quantidade dos instrumentos de hedge efetivamente utilizados;
- Avaliação da predominância do risco de crédito, realizada por meio da análise da exposição ao risco de crédito dos itens cobertos e dos instrumentos de hedge;

Nesta estratégia de hedge, os testes de efetividade são conduzidos por meio da comparação de duas proxies, uma para o objeto de hedge e outra para o instrumento.

A proxy do objeto de hedge é um swap “conceitual”, onde a “ponta” passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a “ponta” pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como hedge, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do hedge. A proxy do instrumento de hedge é um swap “conceitual”, onde a “ponta” ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como hedge, e a “ponta” pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A proxy é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

A parcela efetividade da variação no valor do instrumento de hedge é registrada, de forma transitória, no patrimônio líquido, até que o fluxo de caixa objeto da cobertura afete o resultado.

A parcela Inefetiva é mensurada por meio do teste prospectivo do hedge e se identificada reconhecida no resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa” (**nota 25**) até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” nas demonstrações consolidadas do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	2025		2024
		Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	
Cash Flow Hedge				
CDB	(367.808)	-	511.175	-
Total	(367.808)	-	511.175	-

Estratégias	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge		Curva	Valor Justo	31/12/2025
			Valor Contábil				Objetos de Hedge
Contratos de Futuro	(626.619)	77.325.400	76.698.781		(566.771)	76.258.560	75.691.789
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(250.800)	7.115.000	6.864.200		(244.504)	6.048.160	5.803.656
Hedge de Captações	(375.819)	70.210.400	69.834.581		(322.267)	70.210.400	69.888.133

Estratégias	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge		Curva	Valor Justo	31/12/2024
			Ajuste a Valor Contábil				Objetos de Hedge
Contratos de Futuro	(5.610)	79.915.645	79.910.035		(177.822)	77.474.456	77.296.634
Hedge de Operações de Crédito	(73.277)	1.639.466	1.566.189		8.011	730.322	738.333
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(40.187)	35.717.857	35.677.670		56.491	27.556.993	27.613.484
Hedge de Captações	107.854	42.558.322	42.666.176		(242.324)	49.187.141	48.944.817

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

Valor Referencial	2025	2024
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.735.636	23.592.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.971.113	6.891.750
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.063.913	4.775.236
Total	41.770.662	35.259.546

b) Posições Vendidas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de posições vendidas totalizou R\$ 49.380.059 (2024 - R\$ 39.396.666) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Empréstimos e adiantamento a Clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Classificação:		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	6.413.587	4.911.803
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	558.134.969	561.178.111
Sendo:		
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	595.626.402	594.776.041
Estimativa para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável ("impairment")	(37.491.433)	(33.597.930)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	564.548.556	566.089.914
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	602.039.989	599.687.844

Em milhares de Reais	2025	2024
Tipo:		
Operações de crédito(1)	582.482.877	573.391.121
Operações de arrendamento mercantil	3.601.894	3.343.208
Outros recebíveis(2)	15.955.218	22.953.515
Total	602.039.989	599.687.844

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por redução ao valor recuperável:

Em milhares de Reais	2025	2024
Por setor devedor:		
Comercial e industrial	246.928.344	241.177.143
Crédito imobiliário - construção	70.157.866	64.820.223
Empréstimos a pessoas físicas	281.358.799	290.347.270
Leasing	3.594.980	3.343.208
Total	602.039.989	599.687.844

Em milhares de Reais	2025	2024
Fórmula de taxa de juros:		
Juros prefixados	422.138.647	427.753.814
Juros pós-fixados	179.901.342	171.934.030
Total	602.039.989	599.687.844

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2025								
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	162.251.019	50,41 %	78.660.984	39,14 %	6.016.340	7,60 %	246.928.343	41,02 %
Crédito imobiliário	6.004.680	1,87 %	13.062.231	6,50 %	51.090.956	64,54 %	70.157.867	11,65 %
Empréstimos a pessoas físicas	152.094.746	47,25 %	107.265.821	53,37 %	21.998.232	27,79 %	281.358.799	46,73 %
Leasing	1.531.276	0,48 %	2.010.021	1,00 %	53.683	0,07 %	3.594.980	0,60 %
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	321.881.721	100,00 %	200.999.057	100,00 %	79.159.211	100,00 %	602.039.989	100,00 %

								2024
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	161.568.313	50,37 %	75.022.533	37,55 %	4.586.297	5,79 %	241.177.143	40,22 %
Crédito imobiliário	5.426.403	1,69 %	12.241.469	6,13 %	47.152.351	59,58 %	64.820.223	10,81 %
Empréstimos a pessoas físicas	152.201.789	47,45 %	110.761.071	55,44 %	27.384.410	34,60 %	290.347.270	48,42 %
Leasing	1.577.662	0,49 %	1.743.417	0,87 %	22.129	0,03 %	3.343.208	0,56 %
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	320.774.167	100,00 %	199.768.490	100,00 %	79.145.187	100,00 %	599.687.844	100,00 %

Em milhares de Reais			2025	2024
Por Vencimento				
Menos de 1 ano			321.881.721	320.774.167
Entre 1 a 5 anos			200.999.058	199.768.490
Mais de 5 anos			79.159.210	79.145.187
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto			602.039.989	599.687.844
Por classificação interna de risco				
Baixo			411.269.061	443.671.010
Médio-baixo			135.638.317	105.285.608
Médio			18.147.181	16.421.302
Médio-alto			11.600.825	11.575.874
Alto			25.384.605	22.734.050
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto			602.039.989	599.687.844

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Perdas por redução ao valor recuperável

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da estimativa de perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis.

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” são as seguintes:

Em milhares de Reais				2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	
Saldo no início do exercício	4.183.653	5.424.192	26.061.062	35.668.907
Perdas por não-recuperação contra o resultado	527.869	4.717.689	22.246.808	27.492.366
Transferências entre estágios	646.591	3.857.430	18.838.120	23.342.141
Movimentação do período	(118.722)	860.259	3.408.688	4.150.225
Sendo:				
Comercial e industrial	1.532.673	26.131	5.999.012	7.557.816
Crédito imobiliário - construção	(195.394)	28.444	456.924	289.974
Empréstimos a pessoas físicas	(811.317)	4.657.792	15.785.122	19.631.597
Leasing	1.907	5.322	5.751	12.980
Movimentação por estágio	(805.984)	(3.047.008)	3.852.992	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(22.502.647)	(22.502.647)
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	(4.949.687)	(4.949.687)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(120.837)	(120.837)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(17.428.285)	(17.428.285)
Leasing	-	-	(3.838)	(3.838)
Variação Cambial	12.867	6.431	16.255	35.553
Saldo no final do exercício	3.881.814	7.082.727	29.729.641	40.694.182
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.610.101	6.685.874	27.195.458	37.491.433
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	926	-	-	926
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	270.787	396.853	2.534.183	3.201.823
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	1.415.409	1.415.409
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	520.446	520.446
Crédito imobiliário - construção	-	-	90.756	90.756
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	801.882	801.882
Leasing	-	-	2.325	2.325
Desconto Concedido	-	-	(3.462.905)	(3.462.905)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais

2024

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	
Saldo no início do exercício	3.551.060	5.809.160	25.791.851	35.152.071
Perdas por não-recuperação contra o resultado	3.596.815	4.407.546	17.969.153	25.973.514
Transferências entre estágios	(1.090.735)	2.055.390	17.064.748	18.029.403
Movimentação do período	4.687.550	2.352.156	904.405	7.944.111
Sendo:				
Comercial e industrial	325.319	810.188	4.894.190	6.029.697
Crédito imobiliário - construção	(153.110)	135.523	265.825	248.238
Empréstimos a pessoas físicas	3.423.858	3.460.624	12.796.319	19.680.801
Leasing	747	1.210	12.821	14.778
Movimentação por estágio	(2.941.647)	(4.780.338)	7.721.985	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(25.401.779)	(25.401.779)
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	(7.447.925)	(7.447.925)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(76.697)	(76.697)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(17.875.232)	(17.875.232)
Leasing	-	-	(1.925)	(1.925)
Variação Cambial	(22.575)	(12.176)	(20.148)	(54.899)
Saldo no final do exercício	4.183.653	5.424.192	26.061.062	35.668.907
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.047.725	5.369.369	24.180.836	33.597.930
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	1.421	-	-	1.421
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	134.507	54.823	1.880.226	2.069.556
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	993.906	993.906
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	49.838	49.838
Crédito imobiliário - construção	-	-	396.276	396.276
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	542.986	542.986
Leasing	-	-	4.806	4.806
Desconto Concedido	-	-	(3.504.422)	(3.504.422)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2025	2024
Saldo no início do exercício	35.668.907	35.152.071
Perdas por não-recuperação contra o resultado	27.492.366	25.973.514
Sendo:		
Comercial e industrial	7.557.815	6.029.697
Crédito imobiliário - construção	289.974	248.238
Empréstimos a pessoas físicas	19.631.597	19.680.801
Leasing	12.980	14.778
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(22.502.647)	(25.401.779)
Sendo:		
Comercial e industrial	(4.949.687)	(7.447.925)
Crédito imobiliário - construção	(120.837)	(76.697)
Empréstimos a pessoas físicas	(17.428.285)	(17.875.232)
Leasing	(3.838)	(1.925)
Variação Cambial	35.553	(54.899)
Saldo no final do exercício	40.694.182	35.668.907
Sendo:		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.491.433	33.597.930
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	926	1.421
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	3.201.823	2.069.556
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	1.415.409	993.906
Sendo:		
Comercial e industrial	520.446	396.276
Crédito imobiliário - construção	90.756	49.838
Empréstimos a pessoas físicas	801.882	542.986
Leasing	2.325	4.806

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado", "Recuperação de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" totalizavam em 31 de dezembro de 2025, R\$ 29.539.862 (2024 - R\$ 28.484.030 e 2023 - R\$ 28.008.086).

Considerando o plano de atualização dos modelos de apuração da provisão para perda de valor recuperável (impairment), a ser implementado durante o segundo semestre de 2025, o saldo reconhecido de provisão complementar (post model adjustment) é de R\$ 1.362 milhões (R\$ 749 milhões, líquidos de impostos) em 31 de dezembro de 2025, para atender a atualização dos parâmetros macroeconômicos e outros parâmetros relevantes dos modelos de cálculo de provisão para perda de valor recuperável (impairment) do Banco, em conformidade com o IFRS 9, o que resultou em provisões mais elevadas, refletindo um ambiente econômico mais complexo previsto.

Os saldos da estimativa de perdas por redução ao valor recuperável por setor devedor são os seguintes:

Em milhares de Reais	2025	2024
Comercial e industrial	13.121.033	10.512.903
Crédito imobiliário - Construção	759.020	589.884
Empréstimos a pessoas físicas	26.784.341	24.545.476
Leasing	29.788	20.644
Total	40.694.182	35.668.907

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Instrumento de Dívida" que estão classificados como custo amortizado e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na **nota 2.h**) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	42.242.354	39.886.905	39.223.835
Adições líquidas	30.132.275	30.069.416	30.393.982
Ativos baixados	(23.474.917)	(27.713.967)	(29.730.912)
Saldo no final do exercício	48.899.712	42.242.354	39.886.905

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2025	2024
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	26.313.437	23.183.630
Com saldos vencidos de:		
3 a 6 meses	7.290.728	5.591.700
6 a 12 meses	10.988.860	9.564.597
12 a 18 meses	2.843.758	2.018.442
18 a 24 meses	667.280	750.668
Mais de 24 meses	795.649	1.133.317
Total	48.899.712	42.242.354

Em milhares de Reais	2025	2024
Por setor devedor:		
Comercial e industrial	17.291.310	13.175.496
Crédito imobiliário - Construção	1.808.673	1.736.049
Empréstimos a pessoas físicas	29.779.108	27.283.775
Leasing	20.621	47.034
Total	48.899.712	42.242.354

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	2025	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias	2024	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias
Comercial, financeiro e industrial	7.238.755	24,71%	7.439.903	25,97%
Crédito imobiliário - Construção	6.693.601	22,85%	6.046.747	21,11%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	15.331.081	52,34%	15.123.824	52,79%
Leasing financeiro	30.247	0,10%	37.325	0,13%
Total(1)	29.293.684	100,00%	28.647.799	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento mercantil

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2025	2024
Vencidas	17.221	8.581
A Vencer:		
Até 1 ano	224.459	1.456.825
De 1 a 5 anos	3.052.723	2.294.813
Acima de 5 anos	306.293	26.684
Total	3.600.696	3.786.903

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente a operações cedidas é de R\$ 16.768 (2024 - R\$21.024).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e de 2023, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.146.390	1.097.212
Execuções de empréstimos - retomada de bens	1.025.296	716.846
Alienações	(663.570)	(667.668)
Saldo no final do exercício, bruto	1.508.116	1.146.390
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (1)	(94.901)	(104.117)
Provisão como percentual dos ativos executados	6,29%	9,08%
Saldo no final do exercício	1.413.215	1.042.273

(1) Em 2025, inclui o montante de R\$28.611 (2024 – R\$47.381 e 2023 - R\$76.321) de reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por não recuperação ("impairment").

11. Participações em coligadas e controle em conjuntoControle conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram caracterizado o controle conjunto nos investimentos em que, em razão de acordo de acionistas ou de disposições estatutárias e/ou contratuais, as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Influência Significativa

São consideradas coligadas as entidades nas quais o Banco, direta ou indiretamente, detém influência significativa, caracterizada pela capacidade de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais da investida, sem, contudo, exercer controle individual ou conjunto. A influência significativa pode decorrer da participação acionária (presumida quando ocorrer 20% ou mais do poder de voto da coligada) ou de outros fatores, como participação em órgãos de governança ou acordo relevantes entre acionistas.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			2025	2024
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)(2)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núcleo S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (3)	Benefícios	Brasil	20,00%	20,00%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	Outras Atividades	Brasil	18,35%	20,00%

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.					
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.		Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,66%
Webmotors S.A.		Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Investimentos	
	2025	2024
Controle conjunto do Banco Santander	534.505	644.426
Banco RCI Brasil S.A.	485.793	591.951
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	428	387
Gestora de Inteligência de Crédito	48.284	52.088
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.492	2.307
Hyundai Corretora de Seguros	3.492	2.307
Influência Significativa do Banco Santander	2.370.206	2.422.571
Núcleo S.A.	314.434	306.521
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (3)	1.933.758	2.059.643
Santander Auto S.A.	56.745	56.407
FIDC Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema X Responsabilidade Limitada	65.269	—
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	608.891	570.872
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	250.552	248.951
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	47.321	41.027
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	3.946	2.923
Webmotors S.A.	307.072	277.971
Total	3.517.094	3.640.176

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2025 a posição de 30/11/2025.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista, ou seja, as decisões exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle".

(3) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 3.i

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2025	2024	2023
Controle conjunto do Banco Santander	134.304	91.247	60.813
Banco RCI Brasil S.A.	138.067	95.674	66.229
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	41	(8)	20
Gestora de Inteligência de Crédito	(3.804)	(4.419)	(5.436)

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2025	2024	2023
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	1.197	700	353
Hyundai Corretora de Seguros	1.197	700	353
Influência Significativa do Banco Santander	253.276	184.987	128.414
Núcleo S.A.	111.109	106.160	109.223
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	110.797	53.039	—
Santander Auto S.A.	36.489	25.788	19.191
FIDC Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema X Responsabilidade Limitada	(5.119)	—	—
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	69.536	36.052	49.656
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	1.633	2.868	2.435
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	—	—	1.925
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	6.294	(1.538)	2
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	(6.476)	(5.663)	(1.415)
Webmotors S.A.	68.085	40.385	46.709
Total	458.313	312.986	239.236

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2025		
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	15.623.855	15.303.124	322.033
Banco RCI Brasil S.A.	14.406.307	14.060.196	346.111
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.889	3.876	369
Gestora de Inteligência de Crédito	1.213.660	1.239.052	(24.447)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.169.143	3.184.741	(45.238)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.836.231	2.797.987	8.603
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	11.069	8.676	2.393
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	279.750	295.046	(15.295)
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	42.093	83.032	(40.939)
Influência Significativa do Banco Santander	11.271.921	9.932.267	1.260.785
Núcleo S.A.	2.164.151	1.524.528	633.822
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	8.419.988	7.792.935	553.985
Santander Auto S.A.	687.782	614.804	72.978
Influência Significativa da Corretora de Seguros	846.681	614.883	226.950
Webmotors S.A.	846.681	614.883	226.950
Total	30.911.600	29.035.015	1.764.530

	2024		
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	14.064.120	13.920.211	212.081
Banco RCI Brasil S.A.	12.806.942	12.663.035	239.839
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.255.393	1.255.393	(27.759)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.003.077	3.034.120	(31.043)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.752.924	2.755.450	(2.526)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	7.152	5.753	1.399
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	211.773	211.538	235
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	31.228	61.379	(30.151)
Influência Significativa do Banco Santander	11.442.660	10.558.737	883.923
Núcleo S.A.	2.779.787	2.212.634	567.153
Pluxee Benefícios Brasil S.A	8.240.021	7.974.827	265.194
Santander Auto S.A.	422.852	371.276	51.576
Influência Significativa da Corretora de Seguros	634.889	510.446	124.443
Webmotors S.A.	634.889	510.446	124.443
Total	29.144.746	28.023.514	1.189.405

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram:

Controle conjunto	2025	2024
Saldo no início do exercício	975.731	878.944
Adição/(alienação)	-	186
Resultados de equivalência patrimonial	135.501	91.947
Dividendos	(279.091)	(81.467)
Ajuste ao valor de justo	34.854	86.121
Saldo no final do exercício	866.995	975.731
Influência Significativa		
Saldo no início do exercício	2.664.444	730.836
Mudanças na participação societária	70.388	-
Resultados de equivalência patrimonial	322.812	221.039
Dividendos	(347.427)	(297.832)
Adição/Alienação (1)	7.500	2.011.369
Baixas/ redução de capital	28.067	(2.364)
(-) Amortização	(94.543)	-
Ajuste ao valor justo	(1.142)	1.396
Saldo no final do exercício	2.650.099	2.664.444

(1) Operação de aquisição de participação na Pluxee Benefícios Brasil S.A.

(2) Amortização de ágio apurado na aquisição de participação em sociedades não controladas está alocado no investimento, conforme previsto nas normas contábeis vigentes.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2025 e 2024.

d) Outras informações

Seguem detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

	2025	2024
	Banco RCI Brasil	Banco RCI Brasil
Ativo	13.984.420	12.276.584
Passivo	(12.767.790)	(10.782.915)
Caixa e equivalentes de caixa	350.232	336.955
Depreciação e Amortização	(2.080)	(1.937)
Receitas	680.804	772.324
Receitas com Juros	2.164.109	1.891.374
Despesas com Juros	(1.483.305)	(1.119.050)
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(260.142)	(139.420)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	(5.161.615)	(4.698.162)
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	(7.606.175)	(6.084.753)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.644.882	7.896.258	3.266.685	1.870.381	4.075.464	110.171	19.863.841
Adições	440	450.877	130.696	29.535	138.179	105.267	854.994
Baixas	(47.160)	(516.980)	-	(133.840)	(650.968)	(394)	(1.349.342)
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	(601.124)	-	-	-	(601.124)
Transferências	-	82.214	-	7.169	20.306	(109.689)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.598.162	7.912.369	2.796.257	1.773.245	3.582.981	105.355	18.768.369
Adições	-	307.624	361.295	33.709	80.028	138.705	921.361
Baixa	(83.429)	(1.736.033)	(17.915)	(121.931)	(614.920)	(171)	(2.574.398)
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	(1.324.249)	-	-	-	(1.324.249)
Transferências	(4.421)	51.558	-	27.566	30.441	(105.143)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.510.312	6.535.519	1.815.388	1.712.588	3.078.529	138.746	15.791.082

Depreciação acumulada	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.033.630)	(5.386.398)	(1.873.759)	(1.427.031)	(3.052.923)	-	(12.773.741)
Adições	(84.982)	(831.244)	(390.712)	(89.836)	(189.503)	-	(1.586.277)
Baixas	39.899	429.930	527.577	115.207	504.441	-	1.617.054
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.078.713)	(5.787.712)	(1.736.894)	(1.401.660)	(2.737.985)	-	(12.742.964)
Adições	(69.933)	(491.174)	(294.817)	(83.263)	(147.848)	-	(1.087.034)
Baixa	23.460	1.553.784	933.570	100.465	476.303	-	3.087.582
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.125.186)	(4.725.102)	(1.098.140)	(1.384.458)	(2.409.529)	-	(10.742.416)

Perdas por não-recuperação ("impairment"):

Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.537)	-	-	-	-	-	(4.537)
Impacto no resultado	1.034	-	-	-	-	-	1.034
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.503)	-	-	-	-	-	(3.503)
Impacto no resultado	970	-	-	-	-	-	970
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.533)	-	-	-	-	-	(2.533)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.515.947	2.124.655	1.059.363	371.585	844.996	105.354	6.021.900
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.382.593	1.810.417	717.247	328.130	669.000	138.746	5.046.133

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Perdas por não recuperação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve impacto de uma despesa de R\$ 20.001 de impairment (31/12/2024 – R\$14.720) e perda em função de obsolescência e descontinuidade do ativo imobilizado no montante de R\$ 268.868 (31/12/2024 - R\$ 231.088).

c) Compromisso de compra de ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado.

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IAS 36 o ágio é testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.n.i). O principal ágio do Banco, conforme quadro abaixo, é decorrente da aquisição do Banco Real e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 44).

Para o exercício de 2025, apresentamos as premissas utilizadas e resultados obtidos nos testes de recuperabilidade dos principais ágios do Grupo:

	Banco Real	
	2025	2024
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	4,0%	4,5%
Taxa de desconto antes de impostos (2)	18,5%	20,8%
Taxa de desconto (2)	12,2%	13,6%

	Em Dia	Toro Corretora
	2025	2025
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	3,6%	3,6%
Taxa de desconto (2)	13,8%	14,5%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de reais	2025	2024
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.566
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças LTDA. (Nova denominação da Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.)	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	160.770	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.304	21.304
Monetus Investimentos SA	39.919	39.919
Mobills Labs Solucoes em Tecnologia LTDA	35.483	39.589
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
APE11 Tecnologia e Negocios Imobiliarios S.A. (Nota 3.h)	-	9.777
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	3.992
América Gestão Serviços em Energia S.A	27.287	61.608
Total	27.844.674	27.892.878

Em milhares de reais	2025	2024
Saldo no início do exercício	27.892.878	27.852.568
Aquisições (baixas):		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	-	1
Mobills Labs Solucoes em Tecnologia LTDA	(4.106)	-
APE11 Tecnologia e Negocios Imobiliarios S.A. (Nota 3.h)	(9.777)	-
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	-	(5.271)
FIT Economia de Energia S.A.	-	3.992
América Gestão Serviços em Energia S.A	(34.321)	61.608
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	-	(20.020)
Saldo no final do exercício	27.844.674	27.892.878

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente.

No teste de recuperabilidade do ágio, efetuado considerando-se o cenário de dezembro de 2025, e cujas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados, verificou-se que esses não resultaram em redução de valor por impairment.

Baseado nos testes efetuados, não foi identificado perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.969.742	687.018	10.656.760
Adições	1.654.226	35.162	1.689.388
Baixas	(59.759)	(424.421)	(484.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.564.209	297.759	11.861.968
Adições	1.982.496	238.867	2.221.363
Baixas	(3.969.781)	(358.195)	(4.327.976)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.576.924	178.431	9.755.355
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5.499.334)	(483.663)	(5.982.997)
Adições	(1.079.186)	(65.554)	(1.144.740)
Baixas	10.862	388.541	399.403
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(6.567.658)	(160.676)	(6.728.334)
Adições	(1.442.315)	(96.434)	(1.538.749)
Baixas	3.710.597	183.440	3.894.037
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(4.299.376)	(73.670)	(4.373.046)

Perda por não-recuperação ("impairment") - TI	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(119.135)	(31.683)	(150.818)
Impacto no resultado (1)	(48.897)	-	(48.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(168.032)	(31.683)	(199.715)
Impacto no resultado (1)	(46.611)	(20.412)	(67.023)
Baixas	214.643	52.095	266.738
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

Valor Contábil			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.828.519	105.400	4.933.919
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.277.548	104.761	5.382.309

(1) Refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Serviços de cobrança e pagamento:		
Outros valores a receber de clientes (2)	3.908.984	1.909.055
Despesas antecipadas	1.760.933	1.204.673
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Ativo Atuarial (nota 21)	387.886	341.013
Outros recebíveis (1)	2.857.449	3.500.220
Total	8.915.748	6.955.457

(1) Corresponde, majoritariamente, a pagamento de prêmios da carteira de folha de pagamento.

(2) Corresponde, majoritariamente, a venda de energia.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	146.867.521	158.565.482
Total	146.867.521	158.565.482
Tipo:		
Depósitos à vista (1)	1.951.466	858.846
Depósitos a prazo (2)	119.636.099	126.587.555
Operações compromissadas	25.279.956	31.119.081
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	25.279.956	31.119.081
Total	146.867.521	158.565.482

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Fime) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

Em milhares de Reais	2025	2024
Moeda:		
Real	44.745.286	46.181.480
Euro	4.401.697	8.739.945
Dólar norte-americano	97.002.609	101.701.923
Outras moedas	717.929	1.942.134
Total	146.867.521	158.565.482

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, do item “Depósitos de clientes” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	593.328.796	605.068.163
Total	593.328.796	605.068.163
Tipo:		
Depósitos à vista		
Contas correntes (1)	31.906.984	41.297.264
Cadernetas de poupança	53.201.292	57.369.286
Depósitos a prazo	431.658.793	425.286.952
Operações compromissadas	76.561.727	81.114.661
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	18.906.726	13.688.402
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	57.655.001	67.426.259
Total	593.328.796	605.068.163

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Classificação:		
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.263.266	4.045.496
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	156.662.290	135.632.632
Total	159.925.556	139.678.128
Tipo:		

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	53.374.694	45.798.532
Eurobonds	18.052.632	19.851.326
Letras financeiras (2)	38.233.834	24.515.804
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	38.740.151	32.447.165
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	11.524.245	17.065.301
Total	159.925.556	139.678.128

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (2024 - com prazo de vencimento entre 2025 e 2034).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2035 (2024 - com prazo de vencimento entre 2025 e 2034).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045 (2024 - com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

Indexadores	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Letras Financeiras	100% a 106,75% do CDI	—
	100% do IPCA	—
	Pré-fixadas: 10,1% a 16,38%	—
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	70% a 105,8% do CDI	—
	Pré-fixadas: 5,20% a 15,66%	—
Letras de Crédito Agronegócio - LCA	80% a 108% do CDI	—
	Pré-fixadas: 7,74% a 15,76%	—
Letra Imobiliária Garantida - LIG	92% a 106% do CDI	—
	100% do IPCA	—
Eurobonds	—	Até 15%
	—	3,67% da SOFR

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais			
Moeda:	2025	2024	
Real	141.872.924	119.826.802	
Dólar norte-americano	18.052.632	19.851.326	
Total	159.925.556	139.678.128	

Moeda:	2025	2024	
Real	11,9%	11,4%	
Dólar norte-americano	5,7%	6,1%	
Total	8,8%	8,8%	

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	139.678.128	130.383.015	116.042.393
Emissões	88.504.440	39.541.342	75.404.958
Pagamentos	(79.939.286)	(33.038.049)	(63.400.960)
Juros	3.839.689	3.778.418	4.998.766
Variação cambial e outros	7.842.585	(986.598)	(2.662.142)
Saldo no final do exercício	159.925.556	139.678.128	130.383.015

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2025	2024
2021	2031	Até 6%	2.608.545	4.195.534
2022	2035	Até 15%	1.247.459	1.459.607
2023	2029	Até 15%	2.022.920	3.102.939
2024 (1)	2029	Até 6%	2.568.847	11.093.246
2025	2035	Até 15%	9.604.861	-
Total			18.052.632	19.851.326

(1) Inclui taxa SOFR.

19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Em milhares de Reais	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	2025	2024
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov.-21	nov.-31	R\$ 5.300	CDI+2%	9.321.771	7.995.673
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez.-21	dez.-31	R\$ 200	CDI+2%	351.467	301.468
Letras Financeiras - Nível II (1)	out.-23	out.-33	R\$ 6.000	CDI+1,6%	8.070.433	6.949.991
Letras Financeiras - Nível I (2)	set.-24	sem prazo (perpétuo)	R\$ 7.600	CDI+1,4%	7.982.784	7.890.652
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez.-25	dez.-35	R\$ 2.363	CDI+0,65%	2.387.482	—
Total					28.113.937	23.137.784

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021, novembro 2024 e dezembro 2025 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

	2025	2024	2023
Saldos no início do exercício	23.137.784	19.626.967	19.641.408
Emissão	2.362.800	7.600.200	6.000.000
Juros Nível I (1)	1.162.752	786.823	461.186
Juros Nível II (1)	2.521.221	1.736.383	1.464.586
Variação Cambial e Outros	-	1.051.377	(614.496)
Pagamento de juros - Nível I e II	(1.070.620)	(132.243)	(713.974)
Recompra	-	(7.531.723)	(6.507.953)
Saldo no final do exercício	28.113.937	23.137.784	19.626.967

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 32).

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024
Cartões de crédito	56.679.408	52.876.437
Transações pendentes de liquidação (1)	7.288.168	23.951.903
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	640.978	109.442
Contas de cobrança fiscal - tributos a recolher	1.757.467	1.545.784
Outros passivos financeiros	1.047.981	693.613
Total	67.414.002	79.177.179

(1) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

21. Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$ 1.357.203 (2024 - R\$ \$1.364.437).

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev**

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 01 de outubro de 1994.

Plano II: plano de benefício definido custeado pelo Banco Santander e participantes, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975 e migrados do Plano I. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Planos DCA, DAB e CACIBAN: complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Noroeste. Plano fechado para novas adesões desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável instituído em 01 de julho de 1996. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- **Bandeprev - Bandepe Previdência Social**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em Plano Básico, Plano Especial 1 e Plano especial 2

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

- **Planos de Contribuição Definida**

A **SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída na forma das normas legais em vigor, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi, embora tenha características de Contribuição Definida, está classificado na modalidade de Contribuição Variável em decorrência de 09 (nove) rendas mensais vitalícias, não havendo novas concessões nessa modalidade. O Plano está fechado para novas adesões desde julho de 2018, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores vertidos pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 61.717 no Banco e R\$ 67.619 no Consolidado.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02/01/2018, o Santander oferece um programa de previdência complementar opcional para novos funcionários e/ou funcionários sem inscrição em outros planos do Conglomerado Santander Brasil.

O programa inclui as modalidades PGBL e VGBL, administradas pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., abertas para novas adesões. As contribuições são compartilhadas entre as empresas instituidoras/averbadoras.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 2.630 no Banco e R\$ 3.246 no Consolidado.

- **Ex-Empregados do Banespa**

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.369 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

ABN: o plano de assistência médica tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada, era exigido vínculo de 10 anos no Banco Real e 55 anos de idade. O aposentado arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%, essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o aposentado desligado arca com 100% da mensalidade.

Circulares: Benefício vitalício para ex-funcionário do Banco Real, concedido nas mesmas condições dos funcionários ativos (mesmas coberturas e desenho de plano). Elegíveis apenas ao plano Básico (com subsídio de 90%) e Apartamento (primeiro padrão) pagando a diferença entre os planos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ambos os planos têm coparticipação e não é permitida a inclusão de novos dependentes.

Assistência Médica Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício: fazem parte desse benefício ex-diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há novas inclusões, sendo 100% subsidiado pelo Banco e todos alocados na operadora SulAmerica.

Assistência Médica Fundação Sudameris: Plano de assistência médica, padrão enfermaria, oferecido aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos. Encerrado para novas adesões.

Plano de Saúde Para Sócios: Sócios do Banco Santander podem manter o plano de saúde vitalício, em caso de desligamento sem justa causa, se atenderem aos requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de Sócios no Banco Santander por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será nas mesmas regras vigentes no desligamento e o Sócio deve pagar a mensalidade via boleto. Os dependentes ativos no desligamento permanecem no plano médico, conforme política vigente e não é permitida inclusão de novos dependentes.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

c) Seguro de Vida

Seguro de Vida Circulares: concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais: concedidos aos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN, do antigo Banco Meridional, com subsídio de 50% do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

	2025		2024		2023	
Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,7%	10,5%	10,6%	10,5%	8,7%	8,7%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,7%	10,5%	10,6%	10,5%	8,7%	8,7%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido e abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas de 2025 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	22.996.370	26.241.550	24.106.720	4.689.396	5.130.333	4.588.664
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	255	586	(911)	5.586	5.694	4.903
Custo dos juros	2.322.447	2.247.577	2.188.015	486.529	438.944	429.103
Benefícios pagos	(2.822.774)	(4.721.231)	(2.487.932)	(547.991)	(489.818)	(448.912)
Perdas (ganhos) atuariais	546.209	(1.040.157)	2.433.313	841.514	(395.757)	556.575
Outros	2.510	268.045	2.345	(137)	—	—
Valor presente das obrigações no fim do exercício	23.045.017	22.996.370	26.241.550	5.474.897	4.689.396	5.130.333
Menos:						
Valor justo dos ativos do plano (1)	25.289.715	26.158.640	27.328.362	5.253.707	5.008.751	5.570.354

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos não reconhecidos (1)	(2.624.294)	(3.617.497)	(2.649.505)	(368.511)	(877.078)	(1.082.010)
Provisões -líquidas	379.596	455.227	1.562.693	589.701	557.723	641.989
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	969.317	1.023.424	2.204.684			
Sendo:						
Provisões atuariais	1.357.203	1.364.437	2.543.504			
Ativos atuariais (nota 15) (1)	387.886	341.013	338.820			
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(1.338.149)	(1.200.878)	(99.752)	37.761	(772.305)	387.599
Experiência do Plano	(670.274)	(2.343.241)	(585.676)	(738.349)	(416.984)	(171.107)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	123.950	3.347.376	(1.652.752)	11.000	770.940	(419.306)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	—	—	(178.125)	(114.165)	41.519	33.838
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(546.324)	1.004.135	(2.416.553)	(841.514)	395.475	(556.575)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(1.338.033)	(1.183.609)	(127.052)	37.908	(771.685)	387.599
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.338.033)	(1.183.609)	(127.052)	37.908	(771.685)	387.599
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável	1.356.862	(704.716)	1.801.693	598.347	304.272	(89.852)

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III e Bandeprev.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Resultado						
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	255	586	(911)	5.586	5.694	4.903
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	(322.599)	(115.866)	(198.288)	(41.947)	(52.667)	(42.656)
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	363.660	273.924	308.381	89.781	99.728	84.729
Outros movimentos - Encargos Extraordinários	(30)	(67)	(280)	—	—	(91)
Total	41.286	158.577	108.902	53.420	52.755	46.885

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	26.158.640	27.328.362	27.316.715	5.008.751	5.570.354	4.945.407
Receitas (Despesas) com Juros	2.645.046	2.363.706	2.386.330	528.476	491.611	471.759
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(1.338.149)	(1.200.878)	(99.752)	37.761	(772.305)	387.599
Contribuições	646.952	2.388.681	212.719	182.652	177.614	173.335
Sendo:						
Pelo Banco	644.411	2.386.461	210.367	182.652	177.614	173.335
Por participantes do plano	2.541	2.220	2.352	-	-	-
Benefícios pagos	(2.822.774)	(4.721.231)	(2.487.650)	(503.933)	(458.523)	(407.746)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	25.289.715	26.158.640	27.328.362	5.253.707	5.008.751	5.570.354

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2025, teriam os seguintes efeitos:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Sensibilidade					
	2025		2024		2023	
	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros						
(+)0,5%	(26.808)	(259.596)	(23.750)	(231.019)	(27.627)	(346.439)
(-)0,5%	29.147	282.241	25.895	251.828	24.768	266.243
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral						
Aplicada (+) 2 anos	(57.188)	(553.699)	(48.858)	(475.167)	(50.263)	(611.723)
Aplicada (-) 2 anos	59.695	577.970	50.445	490.605	48.527	544.105
Custo Assistência Médica						
(+)0,5%	32.334	313.063	28.376	275.982	26.968	291.763
(-)0,5%	(30.085)	(291.286)	(26.451)	(257.258)	(30.133)	(376.538)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
Planos	Duração (Média em Anos)	Planos	Duração (em Anos)
Banesprev	7,58	Cabesp	10,33
Sanprev	7,04	ABN	7,64
Bandeprev	5,51	Circulares	7,21
SantanderPrevi	6,03	AM - Bandeprev	8,01
CACIBAN / DAB / DCA	4,78/4,50/5,31	Diretores Vitalícios	5,97
		AM - Fundação Sudameris	8,21
		Plano de Saúde para Sócios	21,11
		Seguro de Vida	4,6

O benefício econômico máximo disponível dos Planos de Previdência ora apresentados é apurado em conformidade com os normativos vigentes da PREVIC aplicáveis a cada Plano, observando-se as disposições regulamentares pertinentes. Referido benefício corresponde ao montante recuperável pela patrocinadora, seja por meio de reembolso de valores, redução de contribuições futuras ou pela combinação de ambas as modalidades, na forma e nos limites estabelecidos pela regulamentação aplicável.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2025 são as seguintes: Instrumentos de patrimônio 0%, Instrumentos de dívida 94,6%, bens imóveis 0,2% e outros 5,2%.

22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Obrigações e Provisões" é a seguinte:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2025	2024
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares (Nota 21)	1.357.203	1.364.437
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	10.447.279	9.612.493
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	496	496
Processos judiciais e administrativos	9.495.060	9.065.853
Sendo:		
Cíveis	3.459.137	3.330.621
Trabalhistas	3.835.099	2.946.482
Fiscais e Previdenciárias	2.200.824	2.788.750
Provisões para compromissos contingentes (Nota 22.b.1)	787.837	440.113
Provisões diversas	163.886	106.031
Total	11.804.482	10.976.930

b) Variações

As variações no saldo de “Obrigações e Provisões” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2025		
	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	1.364.437	9.612.493	10.976.930
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	90.822	—	90.822
Despesas com pessoal (nota 39)	5.841	—	5.841
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(30)	4.978.678	4.978.648
Outros Resultados Abrangentes	558.749	—	558.749
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	—	347.724	347.724
Pagamentos a fundos externos	(692.908)	—	(692.908)
Valor pago	—	(4.491.616)	(4.491.616)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	30.292	—	30.292
Saldo no final do exercício	1.357.203	10.447.279	11.804.482

Em milhares de Reais	2024		
	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	2.543.504	8.930.277	11.473.781
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	205.119	-	205.119
Despesas com pessoal (nota 39)	6.280	-	6.280
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(24)	4.537.708	4.537.684
Outros Resultados Abrangentes	736.938	-	736.938
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	57.628	57.628
Pagamentos a fundos externos (2)	(2.417.724)	-	(2.417.724)
Valor pago	-	(3.913.120)	(3.913.120)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	24.452	-	24.452
Transferências, variações cambiais e outras variações	265.892	-	265.892
Saldo no final do exercício	1.364.437	9.612.493	10.976.930

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2023		
	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	1.775.202	7.339.941	9.115.143
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	154.499	-	154.499
Despesas com pessoal (nota 39)	3.788	-	3.788
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(89)	4.472.411	4.472.322
Outros Resultados Abrangentes	834.702	-	834.702
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	(47.999)	(47.999)
Pagamentos a fundos externos	(251.467)	-	(251.467)
Valor pago	-	(2.834.076)	(2.834.076)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	26.869	-	26.869
Saldo no final do exercício	2.543.504	8.930.277	11.473.781

(1) Para maiores informações, consultar a nota 21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

(2) Variação majoritariamente decorrente da AFABESP. (Nota 21)

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme **nota 1.iv**, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2025, 2024 e 2023.

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	440.113	382.485	430.484
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	347.724	57.628	(47.999)
Saldo no final do exercício	787.837	440.113	382.485

c) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

c.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - Em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Os casos relacionados à CPMF em Operações de Clientes foram objeto de adesão ao Programa de Transação Integral (PTI), instituído pelo Ministério da Fazenda. Em dezembro de 2025 os valores pagos, no montante de R\$ 1.067 milhões estabelecidos na transação encontravam-se integralmente provisionados.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 167 milhões (31/12/2024 - R\$ 142 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 335 milhões (31/12/2024 - R\$ 366 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 22.e**.

c.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

c.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.4) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 37.518 milhões no Consolidado (31/12/2024 - R\$ 35.834 milhões no Consolidado), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido é de R\$ 2.349 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 11.090 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 3.778 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2025 o valor era de aproximadamente R\$ 7.068 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.153 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 2.729 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 836 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 603 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.524 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.493 milhões e R\$ 2.226 milhões respectivamente no Consolidado.

23. Ativos e passivos fiscais**a) Imposto de renda e contribuição social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Resultado Operacional antes da tributação	16.728.994	19.190.228	11.921.651
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% contribuição social) (3)	(7.528.047)	(8.635.601)	(5.364.743)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (1)	(4.605.498)	(3.258.281)	(3.789.866)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	206.241	140.870	108.380
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	1.911.762	1.345.411	1.016.111
Ajustes:			
Constituição (Reversão) de IR/CS sobre diferenças temporárias	193.371	(224.038)	127.166
Juros sobre o Capital Próprio	3.376.308	2.589.128	2.660.040
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	970.695	1.441.329	684.133
Outros ajustes	1.711.297	824.718	2.135.940
Imposto sobre a renda	(3.763.871)	(5.776.465)	(2.422.839)
Sendo:			
Impostos correntes	(8.068.996)	(6.193.804)	(7.962.995)
Impostos diferidos	4.305.125	417.339	5.540.156
Impostos pagos no exercício	(6.509.969)	(5.423.514)	(5.892.511)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(3) No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 15% (empresas Financeiras) e 20% (Bancos).

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros são tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

	2025	2024	2023
Variações cambiais (líquidas)			
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco nas Agências de Cayman e Luxemburgo	(7.474.761)	13.627.778	(3.281.452)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros			
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	7.838.473	(14.292.394)	3.444.617
Impostos sobre a renda			
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	(363.712)	664.616	(163.165)

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Resultado Operacional antes da tributação	16.728.994	19.190.228	11.921.651
Imposto sobre a renda	(3.763.871)	(5.776.465)	(2.422.839)
Alíquota efetiva	22,50%	30,10%	20,32%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	315.477.464	339.389.357	139.356.609
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	308.792.800	333.401.042	136.550.936
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	3.032.990	2.607.676	223.487
Avaliação de hedge de investimento	1.421.361	562.353	562.353
Avaliação de plano de benefício definido	2.230.313	2.818.286	2.019.833
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(320.585.520)	(346.808.871)	(140.799.732)
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(309.559.753)	(335.837.710)	(133.417.362)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(3.361.605)	(2.628.353)	(430.444)
Avaliação de hedge de investimento	(1.421.361)	(1.421.361)	(1.421.361)
Avaliação de plano de benefício definido	(6.242.801)	(6.921.447)	(5.530.565)
Total	(5.108.056)	(7.419.514)	(1.443.123)

Refere-se a impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido derivados de diferenças temporárias contabilizadas no patrimônio líquido.

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

Em milhares de Reais	2025	2024
Ativos Fiscais Diferidos	50.854.830	48.223.877
Sendo:		
Diferenças temporárias(1)	45.562.986	42.737.528
Prejuízo fiscal	5.291.844	5.486.349
Total de ativos fiscais diferidos	50.854.830	48.223.877
Passivos fiscais Diferidos	4.589.099	5.689.440
Sendo:		
Depreciação excedente de bens arrendados	414.762	394.257
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	4.174.337	5.295.183
Total de passivos fiscais diferidos	4.589.099	5.689.440

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação (“impairment”) sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

As movimentações dos saldos dos itens “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor justo (1)	Outros (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2025
Ativos Fiscais Diferidos	48.223.877	3.110.827	(573.469)	93.595	50.854.830
Diferenças temporárias	42.737.528	3.305.332	(573.469)	93.595	45.562.986
Prejuízo fiscal	5.486.349	(194.505)	—	—	5.291.844
Passivos fiscais diferidos	5.689.440	(1.194.298)	247.771	(153.814)	4.589.099
Diferenças temporárias	5.689.440	(1.194.298)	247.771	(153.814)	4.589.099
Total	42.534.437	4.305.125	(821.240)	247.409	46.265.731

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor justo (1)	Outros (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Ativos Fiscais Diferidos	43.445.704	3.124.515	2.460.496	(806.838)	48.223.877

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diferenças temporárias	37.877.300	3.206.570	2.460.496	(806.838)	42.737.528
Prejuízo fiscal	5.561.066	(74.717)	—	—	5.486.349
CSLL 18%	7.338	(7.338)	—	—	—
Passivos fiscais diferidos	3.699.432	2.238.539	597.555	(846.086)	5.689.440
Diferenças temporárias	3.699.432	2.238.539	597.555	(846.086)	5.689.440
Total	39.746.272	885.976	1.862.941	39.248	42.534.437

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.
(2) Em 2025 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$ 247.409 (2024 – R\$39.248) e (2023 – R\$63.753), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Ativos fiscais diferidos			Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total	Diferenças temporárias	Total
2026	9.572.148	36.844	9.608.992	1.092.810	1.092.810
2027	6.937.859	1.090.696	8.028.555	1.095.782	1.095.782
2028	6.129.936	2.304.325	8.434.261	870.727	870.727
2029	5.162.834	1.854.527	7.017.361	850.912	850.912
2030	4.908.139	3.730	4.911.869	151.612	151.612
2031 a 2035	12.852.070	1.722	12.853.792	222.694	222.694
Após 2036	-	-	-	304.562	304.562
Total	45.562.986	5.291.844	50.854.830	4.589.099	4.589.099

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

Em milhares de Reais	2025	2024
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1)	3.573.354	3.542.200
Transações em andamento (3)	698.571	1.148.561
Provisão para pagamento com base em ações	305.685	278.707
Passivos por contratos de seguros	1.469.292	1.579.095
Obrigação líquida com terceiros (4)	2.960.493	-
Outros (2)	8.233.750	6.835.316
Total	17.241.145	13.383.879

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.
(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.
(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.
(4) Securitização sem transferência de risco, economicamente equivalente à emissão de instrumentos de dívida estruturados com subordinação de pagamentos.

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente incluem as mudanças na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”, como segue:

- Ajuste ao valor justo - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.
- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.
- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido

a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (**nota 6**), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais				2025
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/ perdas reconhecidas líquidas	Valor Justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	2.376.664	(1.250.469)	1.126.195	69.354.220
Títulos privados	—	(404)	(404)	—
Total	2.376.664	(1.250.873)	1.125.791	69.354.220

Em milhares de Reais				2024
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/ perdas reconhecidas líquidas	Valor Justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	825.610	(4.604.296)	(3.778.686)	86.437.770
Títulos privados	2.043.223	(429.081)	1.614.142	5.621.137
Total	2.868.833	(5.033.377)	(2.164.544)	92.058.907

Em milhares de Reais				2023
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/ perdas reconhecidas líquidas	Valor Justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	2.533.250	(1.437.728)	1.095.522	58.841.921
Títulos privados	10.864	(568.948)	(558.084)	194.216
Total	2.544.114	(2.006.676)	537.438	59.036.137

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por não recuperação.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (nota 8).

c) Ajustes de conversão de investimento no exterior

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (nota 2.a).

26. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor da parcela de lucro ou prejuízo atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2025	2024
Total de participações de não-controladoras	1.379.614	335.447
Rojo Entretenimento S.A.	9.385	11.226
Banco Hyundai Capital	380.036	324.819
Fit Economia de Energia S.A.	(20.682)	(4.382)
América Gestão Serviços em Energia S.A.	3.056	3.784
Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo	1.007.819	—

Em milhares de Reais	2025	2024
Lucro atribuível às participações não-controladoras	199.088	48.257
Sendo:		
Rojo Entretenimento S.A.	682	977
Banco Hyundai Capital	81.814	61.493
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	—	(6.287)
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	—	416
Fit Economia de Energia S.A.	(13.130)	(7.272)
América Gestão Serviços em Energia S.A.	(1.864)	(1.070)
Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo	131.586	—

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica “Participações não-controladoras” está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	335.447	403.350	497.342
Incorporação/Aquisição	876.232	(112.710)	(134.214)
Dividendos pagos / Juros sobre o Capital Próprio	—	—	(6.790)
Lucro atribuível às participações não-controladoras	199.088	48.257	49.499
Outros	(31.153)	(3.450)	(2.487)
Saldo no final do exercício	1.379.614	335.447	403.350

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$10.000.000.000 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária. Desta forma o capital social do Banco Santander Brasil passa a ser R\$ 65.000.000.000 (sessenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2025			Ações - mil 2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	129.745	155.583	285.328	138.618	164.502	303.120
De Domiciliados no Exterior	3.688.950	3.524.253	7.213.203	3.680.077	3.515.334	7.195.411
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(13.666)	(13.665)	(27.331)	(19.452)	(19.452)	(38.904)
Total em Circulação	3.805.029	3.666.171	7.471.200	3.799.243	3.660.384	7.459.627

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Em milhares de Reais	2025					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	7.620.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

		2024					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.500.000	191,84	221,02	412,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	191,67	210,83	402,50	162,92	179,21	342,13
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.300.000	166,10	182,71	348,81	141,18	155,30	296,48
Dividendos intercalares (4)(5)	200.000	25,55	28,11	53,66	25,55	28,11	53,66
Total	6.000.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2024, pagos no dia 09 de agosto de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2024, pagos no dia 08 de novembro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Para fins societários, especialmente para o atendimento das reservas previstas na Lei nº 6.404/76, os saldos são apurados com base na demonstração financeira em BRGAAP a qual foi publicada em 04 de fevereiro de 2026.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Santander possuía 360.657.265 ações ordinárias e 388.461.675 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2025		2024	
	Quantidade		Quantidade	
	Units		Units	
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	19.451		27.193	
Aquisições de Ações	—		2.770	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(5.785)		(10.511)	
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	13.666		19.452	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	717.789	R\$	882.936
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	719.560	R\$	884.707

Custo/Cotação da Ação	Units		Units	
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,33	R\$	27,46
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	28,22	R\$	24,93

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em perda de R\$ 22.106 (2024 - ganho de R\$ 25.163), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

28. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2025	2024	2023
Lucro atribuível à controladora	12.766.035	13.365.506	9.449.313
Lucro por Ação			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$)			
Ações ordinárias	1.629,22	1.708,02	1.208,83
Ações preferenciais	1.792,14	1.878,82	1.329,71
Lucro líquido atribuído - Básico			
Ações ordinárias	6.197.567	6.488.760	4.587.598
Ações preferenciais	6.568.468	6.876.746	4.861.715
Média Ponderada das ações em circulação - Básico			
Ações ordinárias	3.804.009	3.799.003	3.795.082
Ações preferenciais	3.665.150	3.660.144	3.656.223

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2025	2024	2023
Lucro atribuível à controladora	12.766.035	13.365.506	9.449.313
Lucro por Ação			
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R\$)			
Ações ordinárias	1.602,61	1.688,90	1.121,49
Ações preferenciais	1.762,87	1.857,79	1.233,63
Lucro líquido atribuído - Diluído			
Ações ordinárias	6.304.861	6.565.712	4.938.874
Ações preferenciais	6.461.174	6.799.794	4.510.439
Média Ponderada das ações em circulação - Diluído			
Ações ordinárias	3.934.128	3.887.558	4.403.869
Ações preferenciais	3.665.150	3.660.144	3.656.223

29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (NTN-A), compromissadas, LCI Cancelável e em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Categoria	Tipo Ativo/Passivo	Técnica de valorização	Principais inputs não observáveis
-----------	--------------------	------------------------	-----------------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de Inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom de IGPM
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxas pré-fixadas de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo IDI
	Opções de Moeda	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Passivo de previdência	Modelo Atuarial	Taxa de Cupom de IGPM
	Títulos privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields") de NTN-C e TDA
Opções de Venda	Opções de venda	Discounted cash flow	Taxas de crescimento e taxas de desconto

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	84.368.028	174.725.164	3.313.957
Instrumentos de dívida	79.505.635	14.889.571	1.150.820
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	-	-
Derivativos	-	64.266.589	1.323.617
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.574.067	839.520
Reservas no Banco Central do Brasil	-	89.994.937	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	65.444.645	-	4.001.938
Instrumentos de dívida	65.444.625	-	3.909.595
Instrumentos de patrimônio	20	-	92.343
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	217.492	-
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	110.545.164	1.926.147
Derivativos	-	57.901.839	1.926.147
Posições vendidas	-	49.380.059	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	3.263.266	-
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	184.005	-

31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	90.905.041	132.973.627	7.123.218
Instrumentos de dívida	88.260.075	15.624.289	3.700.691
Instrumentos de patrimônio	2.644.966	296.834	27.023
Derivativos	-	39.468.524	707.294
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.223.593	2.688.210
Reservas no Banco Central do Brasil	-	75.360.387	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	88.640.516	-	3.438.024
Instrumentos de dívida	88.620.903	-	3.438.004
Instrumentos de patrimônio	19.613	-	20
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	30.481	-
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor justo no resultado	-	82.213.242	509.368
Derivativos	-	38.771.080	509.368
Posições vendidas	-	39.396.666	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	4.045.496	-
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	129.826	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2025 e 2024 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2024	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.123.218	(283.424)	(1.798.299)	(1.727.538)	3.313.957
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	3.438.024	130.982	-	432.932	4.001.938
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	509.368	127.254	(421.435)	1.710.960	1.926.147

	Valor Justo 31/12/2023	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.568.685	(67.560)	(4.276.225)	4.898.318	7.123.218
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	2.610.638	(167.705)	(98.568)	1.093.659	3.438.024
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	914.261	(214.958)	(189.987)	52	509.368

	Valor Justo 31/12/2022	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.652.114	(50.682)	1.093.895	1.873.358	6.568.685
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	30.764	1.090.459	(14.026)	2.610.638
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	233.762	(109.800)	384.082	406.217	914.261

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 .

	31/12/2025				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	20.232.729	20.232.729	20.232.729	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	35.947.923	35.947.923	-	20.311.427	15.636.496
Empréstimos e adiantamentos a clientes	558.134.969	558.401.338	-	-	558.401.338
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	114.708.615	114.803.683	53.703.410	2.426	61.097.847
Reservas no Banco Central do Brasil	91.754.315	91.754.315	-	91.754.315	-
Total	820.778.551	821.139.988	73.936.139	112.068.168	635.135.681

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativo	31/12/2024				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	37.084.254	37.084.254	37.084.254	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.177.627	30.177.627	-	6.757.021	23.420.606
Empréstimos e adiantamentos a clientes	561.178.111	554.791.402	-	-	554.791.402
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	84.529.222	84.380.507	34.616.776	-	49.763.731
Reservas no Banco Central do Brasil	92.439.824	92.439.824	-	92.439.824	-
Total	805.409.038	798.873.614	71.701.030	99.196.845	627.975.739

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 :

Passivo	31/12/2025				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos de instituições de crédito	146.867.521	146.867.521	—	25.279.956	121.587.565
Depósitos de clientes	593.328.796	593.328.796	—	76.561.726	516.767.070
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.662.290	159.163.562	—	—	159.163.562
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.113.937	—	—	28.113.937
Outros passivos financeiros	67.414.002	67.414.002	—	—	67.414.002
Total	992.386.546	994.887.818	—	101.841.682	893.046.136

Passivo	31/12/2024				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos de instituições de crédito	158.565.482	158.565.482	-	35.608.595	122.956.887
Depósitos de clientes	605.068.163	605.831.373	-	81.663.106	524.168.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	135.632.632	137.664.088	-	-	137.664.088
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.137.784	23.137.784	-	-	23.137.784
Outros passivos financeiros	79.177.179	79.177.179	-	-	79.177.179
Total	1.001.581.240	1.004.375.906	-	117.271.701	887.104.205

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **nota 2.e**.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

30. Índices operacionais

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024
Patrimônio de Referência Nível I	94.548,4	85.562,9
Capital Principal	86.426,5	77.547,6
Capital Complementar	8.121,9	8.015,3
Patrimônio de Referência Nível II	20.521,2	15.488,4
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	115.069,5	101.051,2
Risco de Crédito (1)	627.239,5	603.286,5
Risco de Mercado (2)	45.564,2	43.523,7
Risco Operacional	74.911,2	60.643,3
Total de RWA (3)	747.714,9	707.453,5
Índice de Basileia Nível I	12,64	12,09
Índice de Basileia Capital Principal	11,56	10,96
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,39	14,28

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAacva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

31. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2025, 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	11.151.386	17.990.483	13.807.832
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.792.915	2.992.514	2.234.602
Empréstimos e adiantamentos a clientes	100.075.356	75.859.217	81.330.804
Instrumentos de dívida	35.148.026	29.500.935	24.195.031
Planos de previdência (nota 21)	44.175	36.014	36.973
Outros juros	10.282.781	10.804.315	6.677.465
Total	162.494.639	137.183.478	128.282.707

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

32. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2025, 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Depósitos de instituições de crédito	6.899.809	8.905.425	9.828.381
Depósitos de clientes	53.594.440	58.469.742	48.543.885
Títulos de dívida e passivos subordinados :			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	3.839.689	3.778.418	4.998.766
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 19)	3.683.973	2.523.206	1.925.772
Planos de previdência (nota 21)	133.070	241.133	189.138
Outros juros (1)	36.709.340	6.586.994	15.912.731
Total	104.860.321	80.504.918	81.398.673

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas e Despesas com Letras Financeiras e Outros Títulos Privados.

33. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	5.134	31.626	18.658
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	80.394	52.021	3.521
Total	85.528	83.647	22.179

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

34. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	882.398	961.360	1.040.113
Contas à vista	2.821.608	2.965.171	2.940.423
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	7.396.239	6.663.921	6.528.718
Cheques e outros	79.829	87.459	98.884
Ordens de pagamento	1.129.938	1.095.150	905.907
Total	12.310.012	11.773.061	11.514.045
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	628.939	573.929	510.695
Comissões de seguros e corretagem	4.540.439	4.183.116	3.646.974
Capitalização	996.108	622.573	712.660
Total	6.165.486	5.379.618	4.870.329
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	1.156.528	1.077.297	1.167.677
Negociação de títulos e valores mobiliários	234.863	329.009	291.167
Administração e custódia	1.214.251	984.656	898.058
Gestão de bens	1.899	418	1.645
Total	2.607.541	2.391.380	2.358.547
Outros:			
Cambiais	1.896.397	1.835.203	1.856.492
Garantias financeiras	911.072	884.711	757.770
Outros tarifas e comissões	1.631.339	1.401.014	1.097.595
Total	4.438.808	4.120.928	3.711.857
Total	25.521.847	23.664.987	22.454.778

35. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica “Despesas de tarifas e comissões” mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	5.055.514	4.541.274	4.147.976
Outras tarifas e comissões	2.970.877	1.918.504	2.666.837
Total	8.026.391	6.459.778	6.814.813

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (1)	7.889.797	(641.147)	3.440.830
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(416.389)	(180.427)	(463.844)
Instrumentos de dívida	(401.079)	(105.789)	(42.405)
Instrumentos de patrimônio	(15.310)	(74.638)	(421.439)
Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Derivativos de hedge e outros	3.471.911	(537.100)	(247.467)
Total	10.945.319	(1.358.674)	2.729.519

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 23).

37. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Receitas com Variações Cambiais	510.993.772	121.821.934	104.400.557
Despesas com Variações Cambiais	(521.807.828)	(120.334.255)	(103.335.390)
Total	(10.814.056)	1.487.679	1.065.167

38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Outras receitas operacionais	809.933	1.135.725	714.363
Outras despesas operacionais	(990.018)	(1.172.124)	(866.732)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(628.236)	(615.722)	(563.421)
Total	(808.321)	(652.121)	(715.790)

39. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Remuneração direta	7.241.613	7.087.141	6.640.403
Encargos	1.712.591	1.692.382	1.654.056
Benefícios	1.771.477	1.753.478	1.659.195
Fundos de pensões de benefício definido (nota 21)	5.841	6.280	3.867
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	240.368	215.685	180.926
Remuneração com base em ações	211.800	294.088	163.695
Treinamento	66.584	68.043	61.686
Outras despesas de pessoal	449.072	480.899	450.098
Total	11.699.346	11.597.996	10.813.926

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local e Global

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício	01/01 a		01/01 a		01/01 a	
				31/12/2025		31/12/2024		31/12/2023	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	07/2019 a 06/2022	2024	R\$ - (1)		R\$ - (1)		R\$ 292.537	SANB 11 (2)
		09/2020 a 09/2022	2024	- (1)		- (1)		217.291	(2)
		01/2021 a 10/2024	2024	- (1)		R\$ - (1)		R\$ 18.270.000	(1)
		01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	1.375.000 (1)		750.000 (1)		750.000	(1)
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028	R\$ 350.000 (2)		R\$ 1.100.000 (2)		R\$ -	(2)
		01/2021 a 10/2024	2024	- (1)		- (1)		R\$ -	(1)
		01/2025 a 12/2028	2026 e 2029	2.500.000 (2)		- (2)		-	(2)
		01/2022 a 12/2025	2025	- SANB11 (3)		118.363 SANB11 (3)		118.363	SANB11 (3)
		01/2023 a 12/2026	2026	- 11.820 SANB11 (4)		R\$ 20.263 SANB11 (4)		R\$ 15.637	SANB11 (4)
		01/2025 a 12/2028	2027 e 2028	143.024 SANB 11		- SANB 11		-	SANB 11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023	EUR 3,67	- Ações Globais (5)		- Ações Globais (5)		80.412	Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030	-	385.956 Opções sobre ações Globais (5)		420.394 Opções sobre ações Globais (5)		420.394	Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024	EUR 2,685	- Ações Globais (6)		117.601 Ações Globais (6)		117.601	Ações Globais (6)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	-	105.534 Opções sobre ações Globais (6)		183.840 Opções sobre ações Globais (6)		350.839	Opções sobre ações Globais (6)
		2025	EUR 3,104	95.786 Ações Globais (6)		95.786 Ações Globais (6)		95.786	Ações Globais (6)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030	-	22.989 Opções sobre ações Globais (6)		367.827 Opções sobre ações Globais (6)		367.827	Opções sobre ações Globais (6)
		2026	EUR 3,088	175.476 Ações Globais (6)		175.476 Ações Globais (6)		199.680	Ações Globais (6)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033	-	472.469 Opções sobre ações Globais (6)		472.469 Opções sobre ações Globais (6)		537.637	Opções sobre ações Globais (6)
		2027	EUR 63,95	8.528 Ações Globais (6)		8.528 Ações Globais (6)		9.095.000	Ações Globais (6)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032	-	80.476 Opções sobre ações Globais (6)		80.476 Opções sobre ações Globais (6)		-	Opções sobre ações Globais (6)
		2028	EUR 71,42	2.411 Ações Globais (6)		2.411 Ações Globais (6)		-	Ações Globais (6)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033	-	9.888 Opções sobre ações Globais (6)		9.888 Opções sobre ações Globais (6)		-	Opções sobre ações Globais (6)
		2029	EUR 54,14	5.340 Ações Globais (6)		- Ações Globais (6)		-	Ações Globais (6)
		12/2024, com pagamento em 2025	-	- SANB11 (7)		50.419 SANB11 (7)		-	SANB11 (7)
		12/2025, com pagamento em 2026	-	52.037 SANB11 (8)		70.346 SANB11 (8)		-	SANB11 (8)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	R\$	4.225.000	(1) (2)		R\$	1.850.000	(1)		R\$	19.020.000	(1) (2)
		-				-	Op. Ações SAN (4)			-	
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2025		206.881	SANB11			259.391	SANB11			643.828	SANB11
		-				-	Op. Ações SAN (4)			-	
		287.541	Ações Globais (5) (6)			399.802	Ações Globais (5) (6)			1.139.060	Ações Globais (5) (6)
		1.077.312	Opções sobre ações Globais (5) (6)			1.114.530	Opções sobre ações Globais (5) (6)			106.147	Opções sobre ações Globais (5) (6)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.

(2) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

(3) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com 142.335 ações acrescidas por dividendos pagas ao longo de 2025.

(4) Plano com baixa de 8.443 ações por perda de direito.

(5) Plano finalizado com atingimento 100%. Parte equivalente à 80.412 ações globais foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que o momento tivemos o cancelamento de 412.175 opções.

(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(7) Plano finalizado com atingimento final de 75%. Entrega de 31.844 ações brutas em Mai/2025, conforme critérios firmados no contrato do plano. E baixa de 18.575 ações por perda de direito.

(8) Baixa de 18.309 ações por perda de direito.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2024, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de malus e clawback.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (Dupire), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

b.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Programa	Tipo de Liquidação			
Local	Ações do Santander (Brasil)	8.407	6.178	17.097
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	5.971	6.953	6.380

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a	01/01 a	01/01 a
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	225.202	139.470	156.962
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	187.831	170.949	223.562

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

40. Outras Despesas Administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Imóveis, instalações e materiais	818.329	878.393	896.232
Tecnologia e sistemas	3.015.127	2.409.697	2.383.988
Publicidade	482.880	516.448	521.964
Comunicações	282.336	351.019	501.765
Ajudas de custo e despesas de viagem	214.903	201.195	163.057
Tributos exceto imposto sobre a renda	141.768	154.047	173.147
Serviços de vigilância e transporte de valores	383.979	474.477	524.680
Prêmios de seguros	26.238	25.311	26.783
Serviços técnicos especializados	2.485.963	2.413.970	2.397.149
Relatórios técnicos	432.017	409.138	512.257
Outros serviços técnicos e especializados	2.053.946	2.004.832	1.884.892
Outras despesas administrativas (1)	1.387.569	1.393.951	1.159.950
Total	9.239.092	8.818.508	8.748.715

(1) Em 31 de dezembro de 2025 é composto principalmente por Despesas com gastos com formalização de negócios R\$1.108.107 (2024 – R\$1.001.084 e 2023 - R\$949.009, Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$279.512 (2024 – R\$263.719 e 2023 - R\$157.010), Despesas de Serviços no saldo de R\$100.263 (2024 - R\$250.192 e 2023 - receita de R\$152.065), e Recuperação de Encargos e Despesas R\$553.284 (2024 – R\$558.296 e 2023 – R\$304.025).

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários líquidos pagos pelas diferentes empresas do Consolidado ao principal auditor do grupo, com a seguinte composição:

Em milhares de Reais	2025	2024
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas constantes no escopo da consolidação	31.489	29.987
Relacionados a Auditoria	334	588
Honorários de serviços tributários	169	105
Outros	2.374	1.980
Total	34.366	32.660

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$5.711 (2024 - R\$5.687).

41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Ganhos	164.606	1.854.664	1.038.003
Alienação de tangíveis	100.976	84.633	114.159
Alienação de investimentos (1)	63.630	1.770.031	923.844
Perdas	(53.565)	(48.481)	(39.595)
Alienação de tangíveis	(53.565)	(48.481)	(33.956)
Alienação de investimentos	-	-	(5.639)
Total	111.041	1.806.183	998.408

(1) Em 2024 trata-se da operação de Parceria entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International conforme termos descritos na Nota 3.d. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme Nota 3.l.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Composição			
Constituição líquida de reversão de provisão de ativos não financeiros	26.595	79.024	29.707
Resultado na Alienação de ativos não financeiros	117.897	54.272	32.260
Despesas operacionais de ativos não financeiros	(43.389)	(27.260)	(16.772)
Total	101.103	106.036	45.195

43. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores *notional* que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2025	2024
Máximo valor potencial de pagamentos futuros		
Passivos contingentes		
Garantias e outras fianças	55.292.666	60.657.334
Garantias financeiras	21.812.379	33.246.872
Garantias de desempenho	3.145.657	1.903.656
Cartas de crédito financeiras	30.317.862	25.485.782
Outros	16.768	21.024
Outras exposições contingentes	3.624.677	3.730.419
Créditos de documentação	3.624.677	3.730.419
Total de passivos contingentes	58.917.343	64.387.753
Compromissos		
Compromissos de empréstimo resgatáveis (1)	235.479.099	205.309.683
Total de compromissos	235.479.099	205.309.683
Total	294.396.442	269.697.436

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (standby letter of credits) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras standby e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$ 253.677 (2024 - R\$ 300.711 e 2023 - R\$ 282.613).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (nota 2.w).

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2025	2024
Fundos sob gestão (1)	-	134.133
Fundos administrados	227.012.763	242.717.969
Total	227.012.763	242.852.102

(1) Em 2025 ocorreu a migração da gestão dos fundos para Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 146.156.911 (2024 - R\$ 51.196.827).

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos dos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2025 Total
Ativo:							
Disponibilidades	20.232.729	-	-	-	-	-	20.232.729
Instrumentos de dívida	997.982	27.898.675	63.721.953	64.924.884	46.781.813	75.283.554	279.608.861
Instrumentos de patrimônio	4.954.756	-	-	-	-	-	4.954.756
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	375.187	26.274.530	7.004.532	2.182.758	110.916	-	35.947.923
Empréstimos e adiantamentos a clientes	103.367.757	130.196.993	119.102.830	113.987.986	41.465.669	56.427.321	564.548.556
Derivativos	-	47.239.976	4.662.446	6.628.902	-	7.276.374	65.807.698
Reservas no Banco Central do Brasil	90.684.085	84.421.117	6.644.050	-	-	-	181.749.252
Total	220.612.496	316.031.291	201.135.811	187.724.530	88.358.398	138.987.249	1.152.849.775
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito(1)	3.727.499	91.572.827	50.164.339	1.402.856	-	-	146.867.521
Depósitos de clientes(1)	93.212.490	261.558.684	126.932.829	80.556.538	30.233.704	834.551	593.328.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários(1)	-	4.841.702	18.656.164	40.033.889	70.206.415	26.187.386	159.925.556
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	28.113.937	28.113.937
Outros passivos financeiros	3.310.946	4.638.196	192.372	59.158.320	91.622	22.546	67.414.002
Posições vendidas	-	22.581.504	10.117.743	1.376.194	-	15.304.618	49.380.059
Derivativos	-	42.240.588	4.653.740	4.654.737	-	8.462.926	60.011.991
Total	100.250.935	427.433.501	210.717.187	187.182.534	100.531.741	78.925.964	1.105.041.862
Diferença (ativo e passivo)	120.361.561	(111.402.210)	(9.581.376)	541.996	(12.173.343)	60.061.285	47.807.913

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2024 Total
Ativo:							
Disponibilidades	15.131.969	21.952.285	-	-	-	-	37.084.254
Instrumentos de dívida	110.385	28.818.116	43.426.801	80.644.990	56.763.284	74.409.608	284.173.184
Instrumentos de patrimônio	2.117.553	571.818	198.961	100.124	-	-	2.988.456
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	41.763	6.746.688	4.400.946	12.206.990	6.157.811	623.429	30.177.627
Empréstimos e adiantamentos a clientes	38.842.391	149.527.493	112.549.440	147.550.348	68.790.302	48.829.940	566.089.914
Derivativos	22.753	17.117.638	588.359	18.411.051	1.701.330	2.365.168	40.206.299
Reservas no Banco Central do Brasil	167.800.211	-	-	-	-	-	167.800.211
Total	224.067.025	224.734.038	161.164.507	258.913.503	133.412.727	126.228.145	1.128.519.945
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito(1)	3.388.235	72.720.534	66.515.869	12.938.966	2.038.443	963.435	158.565.482
Depósitos de clientes(1)	227.425.242	184.353.360	87.235.595	46.521.772	59.474.729	57.465	605.068.163
Obrigações por títulos e valores mobiliários(1)	-	23.042.497	3.980.720	42.216.454	55.260.981	15.177.476	139.678.128
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	23.137.784	23.137.784
Outros passivos financeiros	1.121.506	20.529.202	7.482.333	37.652.435	12.377.824	13.879	79.177.179
Posições vendidas	-	972.415	2.728.931	5.637.952	11.872.654	18.184.714	39.396.666
Derivativos	-	4.506.806	5.611.956	12.539.932	1.652.110	15.099.470	39.410.274
Total	231.934.983	306.124.814	173.555.404	157.507.511	142.676.741	72.634.223	1.084.433.676
Diferença (ativo e passivo)	(7.867.958)	(81.390.776)	(12.390.897)	101.405.992	(9.264.014)	53.593.922	44.086.269

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades	14.780.432	-	22.500.450	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	9.671.662	7.981.591	14.413.853	12.658.267
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	93.642.915	157.559.409	105.973.276	174.910.624
Total	118.095.009	165.541.000	142.887.579	187.568.891

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2025	2024
Até 1 Ano	366.739	469.244
Entre 1 a 5 Anos	912.695	1.004.390
Mais de 5 Anos	63.578	139.324
Total	1.343.012	1.612.958

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 488 (2024 - R\$ 431) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento, reconhecidos como despesas no exercício de 2025, foram no valor de R\$ 194.402 (2024 - R\$ 256.371).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

44. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global (SCIB)

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2025		
Demonstração do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	53.125.730	4.508.588	57.634.318
Receitas de instrumentos de patrimônio	7.579	77.949	85.528
Resultado de equivalência patrimonial	373.830	84.483	458.313
Receitas líquidas de tarifas e comissões	15.396.640	2.098.816	17.495.456
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(4.206.481)	4.337.744	131.263
Outras receitas (despesas) operacionais	(703.532)	(104.789)	(808.321)
TOTAL DE RECEITAS	63.993.766	11.002.791	74.996.557
Despesas com pessoal	(10.568.513)	(1.130.833)	(11.699.346)
Outras despesas administrativas	(8.208.448)	(1.030.644)	(9.239.092)
Depreciação e amortização	(2.466.865)	(158.918)	(2.625.783)
Provisões (líquidas)	(4.894.082)	(84.596)	(4.978.678)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(28.817.676)	(722.186)	(29.539.862)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(312.712)	(84.234)	(396.946)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	212.144	-	212.144
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	8.937.614	7.791.380	16.728.994
Hedge Cambial (1)	(363.712)	-	(363.712)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	8.573.902	7.791.380	16.365.282

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2024		
Demonstração do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	51.563.173	5.115.387	56.678.560
Receitas de instrumentos de patrimônio	5.109	78.538	83.647
Resultado de equivalência patrimonial	259.321	53.665	312.986
Receitas líquidas de tarifas e comissões	14.943.536	2.261.673	17.205.209
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.487.662)	1.616.667	129.005
Outras receitas (despesas) operacionais	(479.848)	(172.273)	(652.121)
TOTAL DE RECEITAS	64.803.629	8.953.657	73.757.286
Despesas com pessoal	(10.534.033)	(1.063.963)	(11.597.996)
Outras despesas administrativas	(7.835.919)	(982.589)	(8.818.508)
Depreciação e amortização	(2.599.134)	(131.884)	(2.731.018)
Provisões (líquidas)	(4.582.750)	(12.488)	(4.595.238)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(28.450.756)	(33.274)	(28.484.030)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(252.550)	63	(252.487)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	1.912.219	-	1.912.219
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	12.460.706	6.729.522	19.190.228
Hedge Cambial (1)	664.616	-	664.616
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	13.125.322	6.729.522	19.854.844

Em milhares de Reais	2023		
Demonstração do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	44.651.967	2.232.067	46.884.034
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.514	18.665	22.179
Resultado de equivalência patrimonial	184.889	54.347	239.236
Receitas líquidas de tarifas e comissões	13.269.837	2.370.128	15.639.965
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.125.430)	4.920.116	3.794.686
Outras receitas (despesas) operacionais	(595.993)	(119.797)	(715.790)
TOTAL DE RECEITAS	56.388.784	9.475.526	65.864.310
Despesas com pessoal	(9.753.972)	(1.059.954)	(10.813.926)
Outras despesas administrativas	(7.866.949)	(881.766)	(8.748.715)
Depreciação e amortização	(2.621.353)	(119.597)	(2.740.950)
Provisões (líquidas)	(4.404.408)	(20.004)	(4.424.412)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(26.582.759)	(1.425.327)	(28.008.086)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(250.044)	(129)	(250.173)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	1.043.603	-	1.043.603
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	5.952.902	5.968.749	11.921.651
Hedge Cambial (1)	(163.165)	-	(163.165)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	5.789.737	5.968.749	11.758.486

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos

2025			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.180.389.914	89.639.551	1.270.029.465
Empréstimos e adiantamentos a clientes	484.676.332	79.872.224	564.548.556
Depósitos de clientes	475.642.024	117.686.772	593.328.796

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2024

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.143.663.122	95.133.688	1.238.796.810
Empréstimos e adiantamentos a clientes	484.849.401	81.240.513	566.089.914
Depósitos de clientes	446.780.888	158.287.275	605.068.163

45. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência significativa.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras vantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2025, o montante proposto pela Administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ R\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2025.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Remuneração fixa	128.124	127.341	132.276
Remuneração variável - Em espécie	105.354	110.111	126.181
Remuneração variável - Em ações	90.489	94.787	91.306
Outros	103.552	111.000	79.229
Total Benefícios de curto prazo	427.519	443.239	428.992
Remuneração variável - Em espécie	129.602	113.766	99.506
Remuneração variável - Em ações	116.242	102.388	96.361
Total Benefícios de longo prazo	245.844	216.154	195.867
Total	673.363	659.393	624.859

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 39.873 (2024 - R\$ 43.124 e 2023 - R\$ 40.863).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar operações de crédito e demais transações com partes relacionadas, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, em especial os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18 e o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas", bem como em observância à Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores.

Tais transações deverão ser celebradas a valores, prazos e taxas de mercado vigentes na data da contratação, em condições de comutatividade, e envolverão dentre outros, como partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

2025						
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	- %	2.696	- %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	3.805.028	99,6 %	3.666.169	99,6 %	7.471.199	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.332	0,4 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.835	100,0 %	7.498.531	100,0 %
Free Float (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

2024						
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	—	—%	2.696	—%
Administradores (*)	2.828	0,1%	2.828	0,1%	5.656	0,1%
Outros	356.245	9,3%	384.050	10,4%	740.295	9,9%
Total em Circulação	3.799.243	99,5%	3.660.385	99,5%	7.459.628	99,5%
Ações em Tesouraria	19.452	0,5%	19.452	0,5%	38.904	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.837	100,0%	7.498.532	100,0%
Free Float (2)	356.245	9,3%	384.050	10,4%	740.295	9,9%

2023						
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	—	—%	2.696	—%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,8%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float (2)	348.148	10,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controlador (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo	14.794.190	18.182.830	29.515.608	28.222.527	129.098	58.891	44.438.896	46.464.248
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	3.927.271	(333.181)	-	-	6.711	-	3.933.982	(333.181)
Instrumentos de Dívida	-	-	-	67.071	-	-	-	67.071
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	10.865.422	18.514.514	156.837	385.458	-	-	11.022.259	18.899.972
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	28.767.276	27.571.123	94.320	36.420	28.861.596	27.607.543
Outros ativos	1.497	1.497	591.495	198.875	-	-	592.992	200.372
Garantias e Limites	-	-	-	-	28.067	22.471	28.067	22.471
Passivo	(3.932.658)	(304.650)	(12.442.585)	(10.423.148)	187.483	(618.068)	(16.187.760)	(11.345.866)
Depósitos de instituições de crédito	(3.909.005)	(11.181)	(750.775)	(596.956)	-	-	(4.659.780)	(608.137)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	(519.000)	-	(39.904)	-	(558.904)
Depósitos de clientes	-	-	(2.623.152)	(1.946.618)	(72.459)	(29.246)	(2.695.611)	(1.975.864)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(181)	-	(8.276.298)	(7.268.606)	-	-	(8.276.479)	(7.268.606)
Outras obrigações	(23.472)	(293.469)	(792.360)	(91.968)	259.942	(548.918)	(555.890)	(934.355)
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Resultado	2.029.355	(2.790.659)	614.997	1.810.374	(421.055)	(665.054)	2.223.297	(1.645.339)
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	189.556	268.957	1.763	45.881	7.278	314	198.597	315.152
Garantias e Limites	-	-	-	-	25	25	25	25
Despesas com juros e similares	(81.444)	(625.820)	(275.437)	(149.293)	(428.661)	(665.501)	(785.542)	(1.440.614)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(900)	(5.344)	1.606.287	2.391.649	-	-	1.605.387	2.386.305
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	2.219.950	(2.157.771)	-	(1.232)	303	108	2.220.253	(2.158.895)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	331.975	326.301	-	-	331.975	326.301
Despesas administrativas e amortização	(297.807)	(270.681)	(1.049.591)	(642.983)	-	-	(1.347.398)	(913.664)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	-	(159.949)	-	-	-	(159.949)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 11.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito, Provisões e Resultado de remuneração variável com Pessoal Chave da Administração.

46. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- A. Independência da função de riscos com relação às áreas comerciais.
- B. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.
- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência o Marco definido no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.

O Marco Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas para gestão e controle de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e scorings internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.
- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é baseada na gestão de riscos prudente, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o perfil está adequado ao apetite ao risco estabelecido.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão e modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações periódicas realizadas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do Varejo e do Atacado. Uma área específica tem como missão consolidar as informações dos portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como no Grupo Santander, com a visão integrada e holística de riscos. Além disso, há outra estrutura específica responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

A visão consolidada de riscos é composta por dois núcleos:

- ERM-Enterprise Risk Management : integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para uma gestão adequada. Fazem parte desta estrutura as áreas de Risco Estratégico e Supervisão, ESCC Risk e Governança, Custos e Performance de Riscos.
- Adequação e Infraestrutura de Riscos: integrada por um conjunto de funções atreladas a visão holística de risco de crédito e modelos. Fazem parte desta estrutura as áreas de Controle de Risco de Crédito, Modelos Regulatórios, Informações de Risco de Crédito, Stress Test e Risco de Capital.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento Banco de Atacado Global (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Banco Comercial (Carteirizados, Empresas 3 e GIU- Governos, Instituições e Universidades);
- Gestão padronizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Parâmetros de risco de crédito

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à estimativa de perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente, nós separamos os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito. Em outras palavras, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

Exposição à inadimplência (EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na inadimplência. Modelos desenvolvidos incorporam hipóteses considerando possíveis modificações no cronograma de pagamento.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros. Para fins do IFRS 9, isso considerará tanto os PD-12 meses, que é a probabilidade de o instrumento financeiro entrar em default nos próximos 12 meses, como também a PD vitalícia, que é a probabilidade da transação entrar em default considerando o seu prazo remanescente. Informações futuras de relevância são consideradas necessárias para estimar esses parâmetros, de acordo com o padrão.

Loss Given Default (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default. Depende principalmente das garantias, que são consideradas mitigantes do risco de crédito associadas a cada ativo financeiro, e dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recuperados. De acordo com a norma, as informações prospectivas devem ser levadas em consideração na estimativa.

Taxa de desconto: a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Para estimar os parâmetros acima, o Banco aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros tanto para fins regulatórios quanto de gestão.

A tabela demonstrada na **nota 9.b**, mostra o portfólio pelos níveis internos de rating de risco e sua probabilidade de default.

As perdas de crédito esperadas, mensuradas através de dados históricos suficientes e disponíveis, são apresentadas abaixo.

Em milhares de Reais	2025	2024
Por Vencimento		
Menos de 1 ano	321.881.721	320.774.167
Entre 1 a 5 anos	200.999.057	199.768.489
Mais de 5 anos	79.159.211	79.145.188
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	602.039.989	599.687.844
Por classificação interna de risco		
Baixo	411.269.061	443.671.010
Médio-baixo	135.638.317	105.285.608
Médio	18.147.181	16.421.302
Médio-alto	11.600.825	11.575.874
Alto	25.384.605	22.734.050
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	602.039.989	599.687.844

A tabela acima passa a incorporar critérios de Perda Esperada para a classificação dos níveis de risco.

	2025		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	246.928.346	6 %	43 %
Crédito imobiliário - construção	70.157.866	10 %	9 %
Empréstimos a pessoas físicas	281.358.798	12 %	54 %
Arrendamento	3.594.979	2 %	42 %

			2024
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	241.177.143	5 %	39 %
Crédito imobiliário - construção	64.820.223	10 %	9 %
Empréstimos a pessoas físicas	290.347.271	10 %	62 %
Arrendamento	3.343.207	2 %	42 %

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

No varejo Pessoa Física, os clientes são sistematicamente revisados por meio de um processo diário de classificação de crédito. Esse processo permite reavaliações na exposição de crédito, permitindo incrementos de exposição para clientes que apresentam boa qualidade de crédito. Em caso de detecção de deterioração no nível de risco, são gerados automaticamente ações para contenção de risco de crédito e ações preventivas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No caso de gestão individualizada, a detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.5) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial para ser analisado na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por setor econômico, localidade geográfica/país, grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Vice Presidência Executiva de Riscos do Banco atua juntamente com a Vice Presidência Executiva Estratégica de Finanças na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de garantias para mitigar o risco das empresas, derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (REC) é definido como o somatório do valor atual mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A fim promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, que é orientado pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), para concessão de crédito dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes e fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. Aplica-se o mesmo conjunto de critérios socioambientais nos projetos que não são enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943/2021 e nº 4.945/2021, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações

Mesmo com o cenário econômico desafiador, que resultou em maior inadimplência em determinados segmentos, o Banco conseguiu manter a boa qualidade do portfólio, adotando uma postura mais seletiva na concessão de crédito e com foco em carteiras de maior rentabilidade.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2025	2024
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	778.881.139	750.357.060
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	602.039.987	599.687.844
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 43.a)	58.917.343	64.387.753
Títulos Privados	117.923.809	86.281.463
Índice de empréstimos inadimplentes (%)	8,12%	7,03%
Índice de cobertura impairment(perda do valor recuperável) (%)	83,22%	84,44%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais)	40.694.182	35.668.907

Dados preparados com base em critérios de gestão e critérios de contabilidade da unidade controladora.

(*) RAWO = Recuperações de Ativos Baixados a Prejuízo.

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias de gestão de riscos, como o Value At Risk - VaR (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco de mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Adicionalmente, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos de moeda derivados dos investimentos e participações e demais operações com risco cambial oriundas da carteira bancária (Risco Estrutural de Câmbio). As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (Asset Liability Committee) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2025 e 2024. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						2025
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	À Vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	128	812	-	940
Instrumentos de Dívida	-	-	128	812	-	940
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	10.493	45.929	22.998	48.620	24.333	152.373
Instrumentos de Dívida	10.493	14.090	18.943	32.994	21.036	97.556
Instrumentos de Patrimônio	-	36	-	80	-	116
Derivativos	-	31.803	4.055	15.546	3.297	54.701
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	-	-	-	-	173	173
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	173	173
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	2.299	10.161	15.195	18.318	28.581	74.554
Instrumentos de Dívida	2.299	10.161	15.195	18.318	28.581	74.554
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	99.986	104.415	161.223	262.885	90.007	718.516
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	98.671	291	1.823	1.045	-	101.830
Empréstimos e adiantamentos a clientes	735	102.261	133.145	205.986	63.196	505.323
Instrumentos de dívida	580	1.863	26.255	55.854	26.811	111.363
Total	112.778	160.505	199.544	330.634	143.094	946.555
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	49.415	28.051	1.414	4.892	878	84.650
Derivativos	35	28.051	1.414	4.892	878	35.270
Posições vendidas	49.380	-	-	-	-	49.380
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	170.248	129.579	235.321	280.848	30.669	846.665
Depósitos de instituições de crédito	447	39.764	66.223	16.787	178	123.399
Depósitos de clientes	169.801	58.543	112.578	177.206	23	518.151
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	31.272	56.520	86.855	2.136	176.783
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	28.332	28.332
Total	219.663	157.630	236.735	285.740	31.547	931.315
						2024
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	À Vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	121	1.283	-	1.404
Instrumentos de Dívida	-	-	121	1.283	-	1.404
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.700	6.779	24.793	52.083	32.175	123.530
Instrumentos de Dívida	7.700	1.123	19.038	35.033	26.977	89.871
Instrumentos de Patrimônio	-	17	-	23	-	40
Derivativos	-	5.639	5.755	17.027	5.198	33.619
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	-	-	-	-	209	209
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	209	209
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	2.183	5.258	4.977	59.238	31.711	103.367
Instrumentos de Dívida	2.183	5.258	4.977	59.238	31.711	103.367
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	113.264	107.139	153.954	234.133	70.674	679.164

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	110.426	2.020	2.197	3.910	-	118.553
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.557	98.218	138.836	193.061	61.220	493.892
Instrumentos de dívida	281	6.901	12.921	37.162	9.454	66.719
Total	123.147	119.176	183.845	346.737	134.560	907.465
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	39.403	2.529	1.958	6.497	1.206	51.593
Derivativos	6	2.529	1.958	6.497	1.206	12.196
Posições vendidas	39.397	-	-	-	-	39.397
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	174.985	116.741	249.441	242.650	32.136	815.953
Depósitos de instituições de crédito	508	32.060	68.882	21.268	326	123.044
Depósitos de clientes	174.477	59.547	124.584	160.324	33	518.965
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	25.134	55.975	61.058	8.435	150.602
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	23.342	23.342
Total	214.388	119.270	251.399	249.147	33.342	867.546

Risco de Moeda

2025				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	175.247	7.950	2.686	185.883
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	3.866	5.610	1.485	10.961
Derivativos	349.167	15.713	8.834	373.714
Outros	51.530	-	-	51.530
Total	579.810	29.273	13.005	622.088
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	181.855	8.881	3.711	194.447
Derivativos	256.286	20.376	7.250	283.912
Outros	145.446	496	1.897	147.839
Total	583.587	29.753	12.858	626.198
2024				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	207.780	10.523	3.447	221.750
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.629	1	565	6.195
Derivativos	421.574	19.908	14.310	455.792
Outros	33.181	-	-	33.181
Total	668.164	30.432	18.322	716.918
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	172.082	8.333	2.778	183.193
Derivativos	384.550	25.804	12.402	422.756
Outros	116.669	501	2.778	119.948
Total	673.301	34.638	17.958	725.897

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

O Banco Santander calcula requerimento mínimo de capital por riscos de mercado utilizando o modelo interno desde a aprovação pelo Bacen em maio de 2018.

A metodologia-padrão de mensuração e controle de riscos de mercado aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2025 e 2024 foi a Value at Risk (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos de dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida disponível para apuração do risco a qual uma instituição está exposta. Ele é utilizado pela sua facilidade de entendimento cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras métricas e metodologias também são utilizadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitam a obtenção um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do underlying (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao spread, jump-to-default e concentrações de posições por nível de classificação.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço, suas classificações na contabilidade e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk), o Estresse de Carteiras e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor justo atual das posições, com base nos retornos mensais obtidos nos dois últimos anos. Os fatores de Riscos são taxa de juros e spreads de crédito, para as carteiras aplicáveis.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade verifica ambos os vetores e a composição é feita considerando o maior entre ambos.

Estresse de Carteiras

Em adição às métricas anteriores, é também gerado um estresse adicional, focado em carteiras cuja contabilização seja pelo valor de mercado (seja com contrapartida em reservas, seja com contrapartida em resultados) dentro da carteira bancária. Essas posições - valoradas à mercado - são estressadas de acordo com retornos trimestrais de cenários históricos dos últimos 7 anos, com nível de confiança de 95%, separados por fator de risco (taxa de juros e/ou spreads de crédito) e por indexador.

Ao resultado do estresse das posições valoradas à mercado é somado o valor da margem estressada para as posições contabilizadas por seu custo amortizado, também com horizonte trimestral. Isto é, a métrica final fica composta pela soma entre Estresse de Valor de Mercado para posições marcadas à mercado com esse de margem financeira para posições contabilizadas pelo custo amortizado.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo, segmento do cliente e tipo de produto. É calculado mensalmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e concentração por segmentos.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$ 819 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2024, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito a prazo e emissões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2025			2024		
	Em milhões de Reais			Em milhões de Reais		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	29.994	29.994	100 %	40.398	40.398	100 %
Depósito Poupança	52.989	52.989	100 %	57.369	57.369	100 %
Depósito a Prazo	118.994	414.479	29 %	103.569	403.686	26 %
Depósito Interfinanceiros	1.207	6.022	20 %	1.058	5.850	18 %
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.414	177.693	6 %	11.237	151.686	7 %
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.175	109.594	12 %	9.959	105.768	9 %
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	28.305	-	-	23.125	-
Total	227.773	819.076	28 %	223.590	787.882	28 %

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

	2025					
	Em milhões de Reais					
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	128	812	-	939
Instrumentos de Dívida	-	-	128	812	-	939
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	14.994	51.830	31.075	62.476	32.914	193.289
Instrumentos de Dívida	14.994	19.991	27.020	46.850	29.617	138.473
Instrumentos de Patrimônio	-	36	-	80	-	115
Derivativos	-	31.803	4.055	15.546	3.297	54.701
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	3.199	14.388	20.046	25.527	40.841	104.002
Instrumentos de Dívida	3.199	14.388	20.046	25.527	40.841	104.002
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	100.040	133.537	218.381	265.159	120.112	837.230
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	98.671	270	1.745	1.051	-	101.737
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.366	125.775	192.447	227.364	86.822	633.775
Instrumentos de dívida	3	7.492	24.189	36.744	33.290	101.718
Total	118.233	199.755	269.630	353.974	193.867	1.135.460
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	49.415	28.051	1.414	4.892	878	84.650
Derivativos	35	28.051	1.414	4.892	878	35.270
Posições Vendidas	49.380	-	-	-	-	49.380
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	218.140	134.803	263.065	373.958	106.193	1.096.159
Depósitos de instituições de crédito	448	39.510	68.808	18.894	1.087	128.747
Depósitos de clientes	217.108	74.854	143.942	226.577	30	662.511
Obrigações por títulos e valores mobiliários	584	20.439	50.315	128.487	76.744	276.569
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	28.332	28.332
Total	267.555	162.854	264.479	378.850	107.071	1.180.809

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024					Em milhões de Reais
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	121	1.283	-	1.404
Instrumentos de Dívida	-	-	121	1.283	-	1.404
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	10.844	7.206	32.461	66.004	42.695	159.210
Instrumentos de Dívida	10.844	1.550	26.706	48.954	37.497	125.551
Instrumentos de Patrimônio	-	17	-	23	-	40
Derivativos	-	5.639	5.755	17.027	5.198	33.619
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	2.931	7.339	6.576	81.687	44.655	143.188
Instrumentos de Dívida	2.931	7.339	6.576	81.687	44.655	143.188
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	114.080	163.232	211.015	223.938	106.752	819.017
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	110.426	2.535	2.863	3.187	-	119.011
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.373	150.960	181.405	198.944	88.425	623.107
Instrumentos de dívida	281	9.737	26.747	21.807	18.327	76.899
Total	127.855	177.777	250.173	372.912	194.102	1.122.819
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	39.403	2.529	1.958	6.497	1.206	51.593
Derivativos	6	2.529	1.958	6.497	1.206	12.196
Posições Vendidas	39.397	-	-	-	-	39.397
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	222.840	130.959	282.616	325.846	80.804	1.043.065
Depósitos de instituições de crédito	505	32.408	74.803	22.099	1.237	131.052
Depósitos de clientes	222.279	75.866	158.729	204.254	42	66.117
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56	22.685	49.084	99.493	56.183	227.501
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	23.342	23.342
Total	262.243	133.488	284.574	332.343	82.010	1.094.658

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e impacto de liquidez.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período mínimo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O back-testing consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e “sujos” (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de back-testing realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc. Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2025

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR final da carteira de negociação do Banco em 2025 ficou em R\$ -2.605 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2025, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou negativa em R\$ -369 milhões.

Também no encerramento de 2025, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, foi de R\$ -1.664 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, diminuiu em R\$ 428 milhões entre 2024 e 2025, tendo atingido o máximo de R\$ 888 milhões no mês de Fevereiro de 2025. A sensibilidade de valor diminuiu R\$ 979 milhões durante o ano de 2025, obtendo o nível máximo de R\$ 2.687 milhões no mês de Janeiro de 2025. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2025 e influenciaram nas sensibilidades foram o Hedge da produção dos Créditos e a atualização do modelo dos Passivos Sem Vencimento.

Em milhões de Reais	2025	2024	2023
Sensibilidades			
Margem Financeira	369	798	754
Valor Patrimonial	1.664	2.643	1.924
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	469	731	415

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com IFRS 7, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2025.

Em milhares de Reais		2025		
Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(2.631)	(75.831)	(151.662)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(97)	(1.193)	(2.386)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(312)	(2.459)	(4.917)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(7.475)	(67.976)	(135.952)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(844)	(6.166)	(12.331)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(6.399)	(159.984)	(319.968)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(6.634)	(59.608)	(119.215)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(907)	(22.679)	(45.357)
Commodities	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities)	(16)	(405)	(809)
Total(1)		(25.315)	(396.301)	(792.597)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais		2025		
Carteira Banking				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(28.437)	(1.169.821)	(2.443.556)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(33.000)	(1.263.118)	(2.370.683)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(44.311)	(761.382)	(1.401.492)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.045)	(124.407)	(229.753)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2.663)	(26.376)	(52.505)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(632)	(323.146)	(732.533)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.205)	(30.114)	(60.228)
Total(1)		(114.293)	(3.698.364)	(7.290.750)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidade em competir com os concorrentes de mercado.

e) Estrutura Independente

O Banco Santander mantém estrutura de gerenciamento de risco operacional e de controles internos em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e nº 4.968/2021, respectivamente, além das diretrizes do Comitê de Basileia e definições corporativas do Grupo Santander. Riscos operacionais são definidos como a possibilidade de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, incluindo risco legal, mas excluindo riscos estratégicos e de reputação.

e.1) Modelo de Gestão

O modelo de gestão é fundamentado na metodologia RCSA (Risk and Control Self-Assessment) e nas diretrizes do Comitê de Basileia, estruturado em três linhas de governança. A primeira linha (áreas de negócio e suporte) é responsável pela identificação, avaliação e gestão dos riscos em suas atividades. A segunda linha (Risco Operacional & Controles Internos) realiza supervisão independente, validação e desafio das avaliações, além de monitorar e reportar a exposição consolidada. O apetite de risco operacional é aprovado pelo Conselho de Administração e revisado periodicamente.

O modelo integra os seguintes instrumentos de gestão: definição do apetite de risco operacional, captura e avaliação de eventos de perdas (internas e externas), treinamento e cultura, avaliação de produtos e serviços, autoavaliação de riscos operacionais (RCSA), análise de cenários, indicadores de riscos e controles, e controles internos.

Adicionalmente, o Modelo de Controles Internos baseia-se na metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), abrangendo controles estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de compliance, em atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Brasil, Bolsa, Balcão (B3), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

e.2) Governança

A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, que aprova o modelo e o apetite de risco operacional, e pelo Comitê de Controle de Riscos, responsável pela supervisão da gestão de riscos operacionais. O Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) tem como objetivo governar, analisar e deliberar sobre as estratégias e temas mais relevantes e regulatórios. O Fórum de Controles Internos & Qualidade de Processos tem como objetivo acompanhar o ambiente de controles internos e o perfil de riscos. Os principais riscos e o perfil de controles são reportados periodicamente e, quando aplicável, escalados ao Comitê de Controle de Riscos, ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de Riscos e Compliance do Conselho.

O modelo conta com a comunidade ORM (Operational Risk Management) Networks, estruturada em três níveis: (i) RPO (Risk Pro Officer), responsável por reportar ao nível estratégico da Diretoria Executiva o acompanhamento dos temas de risco operacional; (ii) RPA (Risk Pro Agent), responsável pela Vice-Presidência Executiva perante o modelo de gestão e controle do risco operacional; e (iii) Auxiliares de Riscos Operacionais e Especialistas, que atuam no perímetro operacional e em riscos transversais à organização, respectivamente.

A área de Riscos Operacionais e Controles Internos assegura a disseminação da cultura de riscos e a execução coordenada das atividades de gestão em todas as linhas de governança.

e.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet, presenciais e virtuais em tempo real. Para os presenciais e virtuais em tempo real priorizamos a realização de treinamentos voltados ao fomento da cultura de gestão de Riscos Operacionais, Controles Internos, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander Brasil atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio da Academia Santander, sobre Riscos Operacionais e Controles Internos.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas.
- Desenvolvimento de Indicadores chaves que possuem o objetivo de monitorar os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de governança com o “ORM - Operational Risk management” Networks: “RPO-Risk Pro Officer”, cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria Executiva, o “RPA-Risk Pro Agent” que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e “Auxiliar de Riscos Operacionais” abrangendo o perímetro de RO e “Especialistas” para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

e.4) Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra a estrutura de Governança do Banco Santander e mantém um processo periódico de comunicação e reporte para a Administração por meio do Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) e da Reunião de RO. Esse processo inclui a apresentação de eventos materializados, principais riscos, planos de ações corretivos e informações sobre o ambiente de Controles Internos, assegurando transparência e conhecimento aos fóruns de governança. Adicionalmente, os principais riscos (materializados e emergentes) são reportados e escalados, quando aplicável, ao Comitê de Controle de Riscos e ao Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance do Conselho.

f) Risco de Reputação**f.1) Risco de Reputação**

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

f.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

f.3) Diretrizes de atuação**a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores**

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Ética e *Compliance*, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente por diferentes áreas técnicas, assegurando o mapeamento multidisciplinar dos riscos, e para posterior aprovação pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação, os novos produtos e serviços são objeto de monitoramento e testes para mitigar eventuais riscos de conduta na comercialização.

g) Adequação ao Arcabouço de Regulamentação Prudencial

O Santander Brasil mantém um processo integrado de gerenciamento de riscos e de capital que subsidia a tomada de decisão estratégica e assegura aderência às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557 e demais normas complementares do arcabouço prudencial vigente. Esse processo promove a alocação eficiente dos recursos de capital, alinhando-se aos objetivos corporativos relacionados à solvência, sustentabilidade dos índices prudenciais e geração de valor ao acionista.

A participação ativa do Brasil no Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) impulsiona a convergência regulatória e a adoção tempestiva de padrões prudenciais internacionais. Em consonância com esse ambiente regulatório dinâmico, o Santander Brasil dedica-se ao aprimoramento contínuo de seus processos, metodologias e práticas de gestão de capital, buscando manter conformidade integral com os referenciais de mercado, de supervisão e de melhores práticas internacionais.

A gestão de capital da Instituição constitui um processo estruturado, contínuo e prospectivo, abrangendo atividades de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos materiais do Conglomerado Prudencial. Esse processo contempla:

- a avaliação dos requisitos mínimos de capital para os riscos de Pilar 1 (crédito, mercado e operacional);
- o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias para quantificação de capital adicional relativo aos riscos de Pilar 2;
- a execução do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), incluindo a análise integrada de riscos e capital;
- a projeção, acompanhamento e reporte dos índices prudenciais;
- a elaboração e atualização do Plano de Capital;
- a elaboração dos planos de contingência de capital, do Plano de Recuperação e do Plano de Saída Organizada;
- a realização de testes de estresse, abrangendo cenários de severidade crescente e análises de sensibilidade;
- e a elaboração do Relatório Trimestral de Gerenciamento de Riscos e de Capital (Pilar 3), em conformidade com os requisitos de transparência prudencial.

Com essa estrutura, o Santander Brasil assegura que o gerenciamento de capital permaneça integrado ao gerenciamento de riscos, alinhado aos requisitos regulatórios e capaz de sustentar a resiliência financeira da Instituição em diferentes cenários macroeconômicos e de negócios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é etapa central do ciclo de vida dos modelos de risco e requisito para sua aprovação por autoridades supervisoras. No Banco Santander, esse processo é conduzido por uma área especializada e independente, responsável por avaliar a adequação, a robustez e a utilidade dos modelos para fins regulatórios e de gestão, bem como sua aderência à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

A área de Validação Interna presta suporte aos comitês de riscos e à Alta Administração, por meio de opinião técnica, qualificada e independente, subsidiando decisões sobre a autorização e a continuidade de uso dos modelos internos.

O escopo da validação abrange os modelos de risco de Crédito, Mercado, ALM, Compliance Operacional, Pricing, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relevantes ao ICAAP, considerando aspectos metodológicos, tecnológicos, qualidade dos dados, performance, uso e governança.

A função de Validação Interna está alinhada às diretrizes do Comitê de Basileia, do Banco da Espanha, do Banco Central Europeu e do Banco Central do Brasil, mantendo segregação de funções em relação à Auditoria Interna. A Auditoria Interna, como terceira linha de defesa, avalia de forma independente a adequação das metodologias e a efetiva implementação dos processos de validação.

g.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de rating assim como as expectativas dos investidores.

h) Capital Econômico

h.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 – Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

h.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basiléia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital	2025	2024
Tipo de Risco		
Crédito	49%	48%
Mercado	2%	2%
ALM	3%	5%
Negócio	9%	8%
Operacional	5%	7%
Imobilizado	1%	1%
Intangíveis	1%	2%
Fundos de Pensão	1%	1%
Ativos Fiscais	29%	26%
Total	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- Rating de contraparte.
- Vencimento.
- Garantias.
- Natureza do financiamento.

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

47. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 09 de janeiro de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva do Banco Santander, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 20 de janeiro de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 21 de janeiro de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em partir do dia 05 de fevereiro de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e o International Financial Reporting Standards (IFRS®), com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota Explicativa	2025	2024	2023
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em Bacen Gaap		95.650.292	90.743.958	86.084.331
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	h	(129.735)	(76.256)	(75.538)
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados a custo amortizado	a	3.295.496	(387.348)	234.410
Transferências de categoria - IFRS 9	b	(2.075)	(187.807)	(664.635)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	1.118.303	2.044.873	1.689.463
Reversão da amortização do ágio	d	27.270.375	26.925.987	26.618.368
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	g	(298.978)	(298.978)	(298.978)
Realização dos ajustes do preço de compra	e	577.831	577.831	586.024
Ajuste referente a diferença entre o Valor contábil vs. o justo na entrada da Carsale na Webmotors		79.175	79.175	79.175
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	f	15.143	181.717	181.717
Crédito Tributário – Adoção Inicial Lei 4.966	i	(2.368.499)	-	-
Outros		(33.798)	(111.467)	18.667
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		125.173.530	119.491.685	114.453.004
Participações não-controladoras em IFRS		1.379.614	335.447	403.350
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		126.553.144	119.827.132	114.856.354

Em milhares de Reais	Nota Explicativa	2025	2024	2023
Lucro líquido atribuído à Controladora em Bacen Gaap		15.338.645	13.477.390	8.973.657
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	h	(19.479)	(33.811)	(29.788)
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados a custo amortizado	a	(1.900.405)	(587.260)	1.036.851
Transferências de categoria - IFRS 9	b	-	-	(17.584)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	(911.522)	340.362	195.653
Realização dos ajustes do preço de compra	e	-	(8.193)	(8.760)
Reversão da amortização do ágio	d	160.425	138.404	147.171
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	f	15.143	181.717	181.717
Reversão Provisão PIS Lei 9.718		-	-	(980.212)
Outros		83.228	(143.103)	(49.392)
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		12.766.035	13.365.506	9.449.313
Participações não-controladoras em IFRS		199.088	48.257	49.499
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		12.965.123	13.413.763	9.498.812

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados a custo amortizado

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurada com base nos critérios descritos na nota de prática contábil e de conformidade com o previsto pelo IFRS 9. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o Bacen GAAP, que usa os limites regulatórios definidos pelo Banco Central (Bacen), além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas, que para fins de IFRS considera outros ativos além daqueles previstos pelo Bacen. Em 2025 houve estorno dos efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

b) Categorias de ativos financeiros

Conforme detalhado na nota de práticas contábeis exceto quando indicado de outra forma, o IFRS 9 prevê a definição dos modelos de negócio associados a cada portfólio, bem como a realização do teste de SPPI – se os retornos daquele ativo são exclusivamente principal e juros, para a classificação nas categorias de ativos financeiros. O Bacen GAAP prevê certas diferenças na categorização desses ativos financeiros, bem como estabelece como indicador a intenção da Administração para que a classificação seja efetuada. Os critérios para reclassificação entre categorias também são distintos entre as duas práticas contábeis.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva

Segundo o IFRS, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes, que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o Bacen Gaap, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

d) Reversão da amortização do ágio

Segundo o Bacen Gaap, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recurso futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 – Imposto sobre a renda, relativo as diferenças temporárias.

e) Realização dos ajustes do preço de compra

Como parte da alocação do preço de compra em aquisições de entidade, substancialmente, na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”. O Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida ao valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o Bacen Gaap, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente à apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos ao valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.

f) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões e R\$67 milhões respectivamente. Subsequentemente, as opções foram atualizadas, tendo seu efeito reconhecido em resultado. Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A. Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A., pelo valor total de R\$1,6 bilhão, a ser pago na data de fechamento da Operação. Em 30 de janeiro de 2020, foi alterado o nome do Banco Olé de Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Consignado S.A. Em 31 de janeiro de 2020, O Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.773. Como resultado, o Banco se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

g) Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)

Segundo o IFRS 3 “Combinações de Negócios”, quando a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deverá considerar esse valor como redução do seu patrimônio líquido. Segundo o Bacen Gaap, esse montante deve ser registrado no ativo como ágio ou compra vantajosa na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

h) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Segundo o Bacen Gaap, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, instrumentos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria “Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado”, visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com estes ativos/passivos em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a “valor justo através do resultado”, como também certos instrumentos de dívidas classificados como “disponível para venda” no Bacen Gaap. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

i) Reversão Imposto sobre Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Estorno dos efeitos tributários da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

	2025		2024		2023	
Em milhares de Reais						
Receitas com juros e similares	162.494.639		137.183.478		128.282.707	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	17.495.456		17.205.209		15.639.965	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(29.539.862)		(28.484.030)		(28.008.086)	
Outras Receitas e Despesas	(1.052.939)		(2.705.149)		5.260.422	
Despesas com juros e similares	(104.860.321)		(80.504.918)		(81.398.673)	
Insumos de Terceiros	(9.305.934)		(8.682.746)		(8.677.366)	
Material, Energia e Outros	(818.329)		(878.393)		(896.232)	
Serviços de Terceiros	(6.650.285)		(6.165.611)		(6.329.546)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(396.946)		(252.487)		(250.173)	
Outros	(1.440.374)		(1.386.255)		(1.201.415)	
Valor Adicionado Bruto	35.231.039		34.011.844		31.098.969	
Depreciações e Amortizações	(2.625.783)		(2.731.018)		(2.740.950)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	32.605.256		31.280.826		28.358.019	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	458.313		312.986		239.236	
Valor Adicionado Total a Distribuir	33.063.569		31.593.812		28.597.255	
Distribuição do Valor Adicionado						
Pessoal	10.324.608	31,2%	10.304.959	32,6%	9.567.687	33,5%
Remuneração	7.453.413		7.381.229		6.804.098	
Benefícios	2.017.686		1.975.443		1.843.988	
FGTS	582.444		569.555		549.538	
Outras	271.065		378.732		370.063	
Impostos, Taxas e Contribuições	9.585.502	29,0%	7.640.888	24,2%	9.382.381	32,8%
Federais	9.576.426		7.632.666		9.375.150	
Municipais	9.076		8.222		7.231	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	188.336	0,6%	234.202	0,7%	148.375	0,5%
Remuneração de Capitais Próprios	12.965.123	39,2%	13.413.763	42,5%	9.498.812	33,2%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	7.620.000		6.000.000		6.200.000	
Reinvestimentos de Lucros	5.146.035		7.365.506		3.249.313	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	199.088		48.257		49.499	
Total	33.063.569	100,0%	31.593.812	100,0%	28.597.255	100,0%

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2025**Conselho de Administração**

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
Cristiana San Jose Brosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro
Nitin Prabhu - Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
Cristina San Jose Brosa - Membro
Deborah Stern Vieitas – Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro
José Mauricio Pereira Coelho - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Inovação e Tecnologia

Nitin Prabhi - Coordenador
Deborah Stern Vieitas - Membro
Ede Ilson Viani - Membro
Eduardo Alvarez Garrido - Membro
Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
Guilherme Horn - Membro
Mario Roberto Opice Leão - Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright - Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Javier Maldonado Trinchant - Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Suares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza
Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório dos auditores independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral
Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies

Marilize Ferrazza
Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®).

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral
Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza
Michele Soares Ishii

Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander (“Conglomerado”), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission – SEC*, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no *Sarbanes-Oxley Act*.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizadas em 28 de abril 2025. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standard) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e *Lei Sarbanes-Oxley*. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do exercício semestre de 2025 do Santander, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2025, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como “A melhorar”; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2025. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2025, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (“PAAs”) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disto, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como a Reforma Tributária. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2025, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas de Sustentabilidade em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
René Luiz Grande
Andrea Maria Ramos Leonel